

Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Departamento de Sociologia

“O Discurso Televisivo das Alegadas Ameaças Terroristas em Portugal – Análise do caso
RTP1 entre 2015 e 2017”

Carolina Bernardo Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientadora:

Professora Rita Maria Espanha Pires Chaves Torrado da Silva,
Professora Auxiliar com Agregação, Departamento de Sociologia

Co-orientadora:

Mestre Ana Isabel Pinto Martinho
Assistente de Investigação, CIES-IUL

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2019

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento muito especial às minhas orientadoras, a Professora Rita Espanha e a Professora Ana Martinho pelo estímulo e pela ajuda inesgotável em todas as certezas e todas as incertezas.

À minha mãe, ao meu pai, ao meu irmão, aos meus avós, tios e primos e ao Carlos por fazerem deste um caminho mais fácil e por tornarem leve o que é complexo e feliz o que é mundano, por estarem sempre comigo.

Aos meus amigos, que tenho os melhores do mundo. À Inês e ao Rodrigo, à Inês, à Mafalda, à Raquel, à Sara, ao Diogo, à Rita, à Jessica e à Rita, à Gisela, à Catarina e à Rita. E ao Luís, claro. Por todas as partilhas e toda a força para que nunca me esquecesse de que não há outro caminho senão em frente.

Para as minhas avós.

RESUMO

A temática do terrorismo dominou a o panorama mediático europeu entre 2015 e 2017 (os três anos em análise), com notícias que ultrapassaram fronteiras e chocaram o mundo. Sem nunca ter sido vítima direta do terrorismo, Portugal, viu-se a braços com uma ameaça global. Nos *media* portuguesas multiplicaram-se as notícias sobre alegados atentados terroristas em solo nacional (todos eles falso alarme). A cobertura mediática dos três casos em estudo (um objeto suspeito na Ponte 25 de Abril, em 2015; um objeto suspeito em Entrecampos, em 2016 e uma mala abandonada no Aeroporto de Lisboa, em 2017) por parte do canal público de televisão generalista RTP1 foi o objeto de estudo deste trabalho. Concluiu-se que estes momentos ficaram marcados por uma grande incerteza por parte dos jornalistas, até as autoridades darem o seu parecer sobre o que se passava, e que, apesar dessa incerteza e do tom de “última hora”, a RTP1 manteve o seu discurso informativo, e limitou-se às informações que tinha, sem especular nem fazer qualquer comparativo com atentados terroristas reais, reduzindo a margem para alarme.

ABSTRACT

Terrorism is one of the topics that have influenced the media scenario between 2015 and 2017 (the three years studied), with news that overcome borders and chocked the world. Even though Portugal was never a direct victim of terrorism, our country faced a global treat. In the Portuguese media with multiple news about possible terrorist attacks in our country (all of them false alarm). The mediatic coverage of the three cases in study (a suspect object at the Ponte 25 de Abril (Bridge in Lisbon), in 2015, a suspect object in Entrecampos, in 2016; at and a lost bag in Lisbon Airport, in 2017) by the public TV channel RTP1 is the base object of this study. We have concluded that these moments are mostly defined by the lack of confirmed informations, until the authorities confirm wht is going on and that, despite that lack of informations and the “breaking news” tone, RTP1 had na informational discourse, published only the confirmed informations, without speculations and any comparison with actual attacks, leaving no room for a big alarm.

PALAVRAS-CHAVE:

Enquadramento mediático; Sociedade do Risco; Pânico Moral; Sociedade em Rede

KEYWORDS:

Media framing; Risk Society; Moral Panics; Network Society

Índice Geral

ÍNDICE GERAL.....	III
ÍNDICE DE QUADROS	IV
ÍNDICE DE FIGURAS.....	IV
GLOSSÁRIO DE SIGLAS.....	IV
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1) O Contexto mediático na sociedade em rede.....	3
1.1) Os <i>Media</i> na sociedade em rede	3
1.2) O meio televisivo no contexto da sociedade em rede.....	6
2) O Poder Mediático nos Momentos de Tensão.....	8
2.1) O terrorismo no séc. XXI – Contextos e consequências	8
2.2) Pânico Moral	11
2.3) A Sociedade do Risco.....	13
2.4) O terror mediatizado: Discursos e enquadramentos mediáticos do terrorismo	15
2.5) Uma nova Ética e Deontologia do Jornalismo	18
3) O impacto da televisão no consumo de notícias em Portugal	19
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	23
1) O canal televisivo em análise	23
1.1) A RTP.....	23
1.2) O Serviço Público de Televisão	24
2) Objetivos da Pesquisa	26
3) A análise de conteúdo e a análise de discurso enquanto metodologias.....	26
3.1) Justificação da ferramenta de análise	26
3.2) A Análise aplicada ao Discurso Televisivo.....	30
4) Objeto de Estudo e Definição da Amostra em Análise	31
CAPÍTULO III – ANÁLISE DAS EMISSÕES DE TELEJORNAL DA RTP1 NA COBERTURA DOS ALEGADOS ATENTADOS DE BOMBA EM PORTUGAL ENTRE 2015 E 2017	33
1) Eventos.....	37
1.1) Pacote suspeito na Ponte 25 de Abril: 04 de maio de 2015.....	37
1.2) Pacote suspeito deixado na rotunda de Entrecampos: 23 de março de 2016:.....	39
1.3) Mala suspeita isola chegadas do Aeroporto de Lisboa: 29 de maio de 2017	40
CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO E CONCLUSÕES	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
FONTES.....	48

ANEXOS:.....	1
--------------	---

ÍNDICE DE QUADROS:

Quadro 1: Levantamento de todas as notícias sobre alegados atentados terroristas em Portugal (Entre 2015 e 2018) e a relevância dada pela RTP a cada um deles	31
Quadro 2: Análise Global das Peças	33
Quadro 3: Análise Discursiva.....	34
Quadro 4: Análise Linguística.....	34

ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura 1: Principais fontes de notícias (Portugal, 2015 a 2017).....	20
Figura 2: Fontes de informação mais credíveis	20
Figura 3: Evolução anual do “Share” global por canal (%), 2002 a 2017.....	21
Figura 4: Audiência por género de programa (%).....	21
Figura 5: Audiência por género de programa (%).....	22

GLOSSÁRIO DE SIGLAS:

11/9 – Série de Atentados terroristas suicidas levados a cabo pela Al-Qaeda contra os Estados Unidos (as Torres Gémeas) a 11 de Setembro de 2001

AC: Análise de Conteúdo

EI: Estado Islâmico

ERC: Entidade Reguladora para a Comunicação Social

RTP: Rádio e Televisão de Portugal (Estação Pública)

SIRP: Sistema de Informações da República Portuguesa

TDT: Televisão Digital Terrestre

TIC: Tecnologias de Informação e Comunicação

CCPJ: Comissão da Carteira Profissional do Jornalista

INTRODUÇÃO

A Sociedade em Rede¹ (Castells, 2005) em que hoje vivemos mudou não só as formas de consumo televisivo – em multiplataformas e vários formatos - mas também a forma de fazer televisão. A dispersão de audiências, que resulta da concorrência com outros canais do cabo e com os meios *online*, faz renascer o debate sobre o Serviço Público de Televisão – quais os seus pressupostos e objetivos e qual o seu futuro, com o aumento dos custos da atividade televisiva (Torres, 2017). Apesar da luta pela atenção das audiências, a população portuguesa apresenta níveis bastante elevados de confiança nas notícias (quando comparada com outros países europeus), o meio televisivo teve, nos três anos em análise (2015, 2016 e 2017) uma penetração consistente na sociedade portuguesa (Reuters, 2017) e foi a fonte preferida dos portugueses para ver notícias, com a RTP1 a liderar na categoria de informação. (Obercom 2016 b) e Obercom 2017)

Outra das características da Sociedade atual é a exposição ao risco (a ameaças de caráter mundial como o terrorismo ou a destruição do ambiente). Viver numa Sociedade do Risco² sem fronteiras, com (Beck, 1999) altamente mediatizadas, implica ter presente que, ao clima de medo gerado por eventos que ocorrem e são ameaças globais se junta à capacidade de os *media* gerarem cenários de Pânico Moral³: a tendência, recorrente na sociedade, de os *media* e as elites definirem ameaças aos valores comuns, apresentadas “de forma estilizada e estereotípica pelos *mass media*”, fortalecendo “barricadas morais”. (Cohen apud Machado, 2004: 61) Foi o caso da cobertura mediática dos atentados de 11 de setembro, em que Sociedade americana foi inundada por discursos políticos e mediáticos que fomentaram “níveis desnecessários” de Pânico Moral. (Rothe e Muzzatti 2004)

Nos três anos em análise, a temática do terrorismo na Europa esteve na ordem do dia, ultrapassando fronteiras e gerando ondas de solidariedade, mas também possíveis cenários de pânico moral em consequência da intensa mediatização destes atos de violência. Os três anos em análise foram aqueles em que se verificou uma presença mais relevante do ISIS na Europa, tanto ao nível do número de atentados terroristas que assinaram como do impacto pela quantidade de mortes provocadas. Em Portugal, embora nunca tenhamos sido afetados por nenhum ato terrorista, o nível de alerta foi colocado em causa e o certo é que foram divulgadas várias notícias de potenciais atentados terroristas em solo nacional, mais de uma dezena em 2016, que vieram a revelar-se falso alarme.

O canal generalista de serviço público televisivo – RTP1 foi escolhido pela importância que tem no consumo de notícias em Portugal e, como se verificou nesta análise, não atribuiu a mesma importância que outros *media* portugueses, a todos os momentos em que vivemos possíveis riscos de ameaça

¹ Teoria formulada por Castells em 1996 (com a 1ª Edição do livro A Sociedade em Rede)

² Conceito desenvolvido por Ulrich Beck na obra “Risikogesellschaft” (1986) - “World Risk Society” (1999)

³ Conceito desenvolvido por Stanley Cohen em 1972 na obra Folk Devils and Moral Panics

terrorista, uma vez que, após o levantamento de todas as notícias sobre esta temática, nem todas foram identificadas nos canais de comunicação da RTP (televisão e *site*) e a amostra encontrada em telejornais da RTP1 foi ainda mais reduzida. Assim, do universo de notícias sobre estas temáticas que foram conertadas pela RTP1, selecionaram-se as três notícias, uma por cada um dos três anos em estudo, a que o canal atribuiu maior relevância, quer ao nível do tempo dedicado à peça de telejornal quer ao seu conteúdo.

O objeto de estudo é o discurso jornalístico da RTP1 nos três casos escolhidos: a peça do Telejornal de 4 de maio de 2015, que noticia um objeto suspeito que provocou o encerramento da Ponte 25 de Abril com o conseqüente corte da circulação rodoviária e ferroviária; a peça do Telejornal 23 de março de 2016, que noticia um objeto abandonado na estação do Metropolitano de Lisboa de Entrecampos, levando ao seu encerramento e ao corte do trânsito rodoviário nas suas imediações; e a peça do Jornal da Tarde de 29 de maio de 2017, que noticia o encerramento da zona das chegadas do Aeroporto de Lisboa em consequência da deteção de uma mala abandonada.

Partindo do princípio de que os *media* impactam as nossas perceções sobre o mundo e, acima de tudo, definem os temas que estão na ordem do dia e são discutidos e comentados por todos nós, este trabalho procura avaliar as opções discursivas da RTP1 nos momentos de alegado risco terrorista em Portugal.

Para isso, os três casos em estudo serão analisados a um nível mais genérico (exemplo: posição da notícia ao longo do telejornal, tempo dedicado à notícia, etc.), do ponto de vista discursivo (exemplo: atores sociais entrevistados, tom e fontes de informação) e do ponto de vista linguístico (exemplo: léxico usado predominantemente, figuras de estilo, etc)

O grande objetivo deste trabalho é compreender se o enquadramento mediático da RTP1 foi o expectável de um canal público e se sempre se manteve fiel à sua linha editorial nestes momentos em que há um risco de possível Pânico Moral, sabendo de antemão que o “sensacionalismo vende” (Davis, 2017)

O método escolhido para estudo as peças de telejornal selecionadas foi a Análise de Conteúdo de carácter quantitativo e qualitativo, através da qual os discursos jornalísticos são categorizados e sistematizados em tabelas.

A pertinência desta investigação está diretamente relacionada com a importância que os *media* representam no desenvolvimento de quadros de significado e compreensões sobre a realidade que vivemos.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1) O Contexto mediático na sociedade em rede

1.1) Os *Media* na sociedade em rede

Manuel Castells desenvolveu o conceito de sociedade em rede, expresso no primeiro volume da sua trilogia – *A Sociedade em Rede - Era da informação: Economia, sociedade e cultura*, partindo do princípio da existência de um novo paradigma que revolucionou a atualidade – a crescente presença da tecnologia no contexto social que se integra em redes globais através das novas TIC< (Tecnologias da Informação e Comunicação).

As 5 características do Paradigma da Tecnologia da Informação, segundo Castells, são: Tem a informação como matéria-prima de base - não é apenas a informação que atua sobre os processos tecnológicos, mas também a tecnologia que influencia a informação a que temos acesso (1); Os efeitos das novas TIC têm fácil penetração na atividade humana e o meio tecnológico molda os nossos processos (2); A lógica das redes pode ser adaptada a qualquer sistema ou conjunto de relações (3); Baseia-se na flexibilidade porque os processos são reversíveis e reorganizáveis e tudo se pode configurar e reconfigurar no contexto da rede, o que melhora a comunicação (4); As tecnologias específicas diluem-se num sistema integrado e existe uma convergência tecnológica na base de tudo o que é criado (5). (Castells, 2005)

Este novo Paradigma pressupõe igualmente a existência de estruturas auto-organizadas que, por via da interatividade, geram complexidade a partir da simplicidade e ordem no meio do caos. Por fim, o autor explica que o que distingue verdadeiramente este Paradigma é o facto de ele não ser nem estável nem fechado, “evolui para a abertura como uma rede de acessos múltiplos”. (Castells, 2005: 113)

A sociedade em rede, onde vivemos atualmente, caracteriza-se não pela “convergência tecnológica, mas sim pela sua organização em rede” – uma organização que ocorre no plano da tecnologia, da organização económica e da apropriação social. (Cardoso, 2006: 28). Além disso, falamos de uma sociedade globalizada, individualizada, centrada nas TIC e em que a base da comunicação em massa passa a reproduzir-se através das redes. (Junior, 2013: 10)

A internet mudou a forma como comunicamos porque junta “texto imagens e sons no mesmo sistema” numa “rede global, em condições de acesso aberto e de preço acessível”. (Castells, 2005: 414)

Neste contexto, Castells desenvolve também o conceito de capitalismo informacional, que diz respeito a uma nova forma de a sociedade encarar a cultura e o trabalho, com mais flexibilidade (exponenciada pela “expansão do uso da web em dispositivos móveis que promove a conexão permanente”) (Rodrigues, 2010: 81) e uma constante procura pela evolução nem sempre acompanhadas de um salário correspondente. Os valores da instantaneidade e flexibilidade, bem como a entrega voluntária aos

mecanismos de vigilância e controlo que criam a forma de as sociedades trabalharem expande-se também para a vida privada. (Rodrigues, 2010)

As comunidades de indivíduos começaram por unir pessoas com os mesmos valores e interesses, mas hoje, o esbater das barreiras juntou totais desconhecidos que partilhavam pontos em comum, mudou a forma de organização do trabalho que passou a ser desenvolvido em rede, como nos relacionamos, como nos comportamos e como vemos o mundo. Da mesma forma mudou a velocidade, a quantidade e a facilidade no acesso à informação que é consumida. (Junior, 2013)

Segundo Stockinger (2003), a Sociedade em Rede torna os sistemas componentes dessa sociedade capazes de funcionar em melhores condições de mudança e criatividade. (Junior, 2013)

Em suma, os avanços da sociedade em rede eliminaram barreiras e facilitaram muito a comunicação através da internet com o grande destaque a ir para as redes sociais enquanto mediadores de comunicação. As três características que distinguem as novas Redes sociais, são a “explosão demográfica de utilizadores de redes sociais como o Facebook e o Twitter” – uma massa cada vez maior de pessoas à escala global, a expansão das “possibilidades e tipos de interação, com mecanismos de comunicação que recriam as dinâmicas dos espaços físicos de interação social” e a revolução da “forma como as sociedades comunicam entre si e são o *hub* que conecta todas as outras formas de comunicação, dando origem à comunicação em rede”. (Cardoso, 2006: 205 – 206)

Se a sociedade atualmente é em rede, o jornalismo - que evolui no quadro da sociedade em que se insere - também o é. Isto significa que os *media*, os tradicionais e os *online*, sofreram diversas transformações e adaptações para subsistirem ao fim que chegou a vaticinar-se com a chegada da internet. Mudou o modelo de negócio, o contexto concorrencial e a forma como se trabalha nas redações e fora delas. A internet mudou os *mass media* e as formas de apropriação social dos mesmos. (Cardoso, 2006)

Gustavo Cardoso afirma que as duas principais redes em torno das quais se articula o sistema dos *media* são a Televisão e a Internet, em grande medida pela dimensão interativa de ambas, tanto por estabelecerem ligações com as “restantes tecnologias de informação e comunicação, como o telefone, a rádio, a imprensa escrita, etc.” (Cardoso, 2006: 29) como pela importância dessa interação que é socialmente valorizada.

No período analisado por Cardoso (cujo contexto é hoje ainda bastante atual, mais de uma década depois), “o sector dos *media* é caracterizado por viver num contexto de política de escândalo e espetacularização da informação, pelo crescimento da atenção dada ao entretenimento associado às dimensões da vida real e pelo surgimento da internet apresentada como (...) o fim da necessidade de profissionais da mediação e o triunfo do cidadão informado.” (Cardoso, 2006: 31)

As mudanças sociais que a internet representa podem ser vistas de acordo com uma perspectiva revolucionária ou evolucionária⁴.

Na perspectiva revolucionária a internet é vista como fonte de mudanças tanto no jornalismo como instituição econômica e social, como na prática e no papel do jornalista, mas o jornalismo, na sua essência, mantém-se de forma relativamente convencional. Por fim, a publicação primária deve ser *online*, dadas as vastas possibilidades da plataforma tecnológica, e só depois encaminhada para os restantes suportes.

Segundo a perspectiva evolucionista, os meios e as plataformas tradicionais continuam a ser a base da comunicação do jornalismo e a internet é vista como mais uma forma de chegar às audiências. (Cardoso, 2006) A perspectiva revolucionária não vingou nos últimos anos por questões financeiras e também pela credibilidade dos meios tradicionais em relação aos meios *online*, em particular a ideia de que o jornalista continua a ser o mediador essencial para validar as informações.

O determinismo tecnológico de Castells é, no entanto, posto em causa por diversos teóricos que encaram as transformações tecnológicas como incapazes de influenciar decisivamente o futuro das sociedades. (Geels e Smit 2000 apud Coutinho, 2004), identificam 7 motivos que nos impedem de fazer previsões sociais com base nos avanços tecnológicos. São eles: 1) o facto de expectativas serem influenciadas por fatores culturais de determinada época; 2) as alterações bruscas ou imprevistas no desenvolvimento tecnológico; 3) o facto de as novas tecnologias não substituírem totalmente as existentes e sim coexistem; 4) o aparecimento de novas necessidades; 5) a ênfase em características funcionais que não têm em conta as necessidades práticas; 6) o fato de que os processos de adaptação poderem ser longos; 7) e de muitas das expectativas iniciais serem irrealistas.

Para além disso, a ideia de fim do que é tradicional em detrimento de tudo o que é tecnologicamente inovador não é corroborada pela realidade. Concretamente no que respeita ao jornalismo, é impossível prever o futuro, e é necessário que se reúnam algumas condições de adaptação da própria classe jornalística (nos quais se centra o futuro do jornalismo) para criar modelos multimédia que captem a atenção das audiências e vão ao encontro dos seus interesses e ao nível do seu modelo e negócio para que seja rentável pôr um ponto final nos meios tradicionais. (Jerónimo, 2009)

“Há uma proliferação de uma espécie de “eu-mídia” (a capacidade de o consumidor produzir a sua própria mídia). Não se trata, de forma alguma, de dizer que essa nova forma de jornalismo que emerge vá substituir o jornalismo convencional.” (Jerónimo, 2009: 4)

Assim, devemos ter presente que as novas tecnologias modificam as sociedades, mas não determinam o seu futuro nem substituem a interação e mediação humana.

⁴ Conceitos explorados por Heinonem em 1999, pp.74 e citados por Gustavo Cardoso, em 2006.

1.2) O meio televisivo no contexto da sociedade em rede

A sociedade digitalizada e em rede mudou, irremediavelmente, a forma como se faz televisão.⁵ Desde logo, já não há apenas uma forma de ver televisão – os canais televisivos estão também *online*, com alguns programas em direto, o que permite ver televisão em diferentes ecrãs, sem se estar preso a um televisor. A televisão e os programas que a compõem podem agora impactar muito mais gente, em múltiplas plataformas e com menos barreiras espaciais.

“Hoje, a televisão são conteúdos numa linguagem própria, onde quer que se encontrem e como quer que se consumam. Resultado de uma interação vibrante entre os membros da sua tríade (conteúdos, instituições e audiências)”. (Torres, 2011:45)

A introdução da Televisão Digital, que constituiu um marco na evolução da televisão europeia, teve esta denominação porque o meio se tornou digital na sua forma de trabalho, mas também na sua transmissão.

O “Apagão” ou fim definitivo da televisão analógica em Portugal deu-se em 2012 com a TDT – Televisão Digital Terrestre, que disponibiliza desde então 5 canais ativos: RTP1, RTP2, SIC, TVI e Canal Parlamento. (OberCom, 2016)

A TDT trouxe vantagens aos telespectadores: um sistema gratuito, a oferta de um maior número de canais televisivos para além dos quatro canais transmitidos por via analógica; funções interativas; canais pagos (cinema, desporto, etc.); e acesso à Internet. (Cardoso e Santos, 2005)

A “digitalização” da televisão faz com que ela hoje seja interativa, tenha custos de produção menos elevados e seja mais acessível a todos em diversos momentos e formatos – inclusivamente nos formatos móveis. Tal como os restantes meios, a televisão ganha em ter uma presença *online* pela diversidade de públicos que atinge, mas isso também a torna muito mais exposta ao escrutínio popular em tempo real, por exemplo. Os consumidores de informação passam a ser cidadãos que participam ativamente na forma como as notícias lhes chegam, com voz para expressarem as suas opiniões relativamente a elas e que podem ainda ser produtores de conteúdo.

Assim, as marcas televisivas integram, mas também competem hoje com o espaço *online* - com os demais *media online* e com as redes sociais, para onde vai uma parte importante da atenção dada às novas TIC e onde informação e entretenimento coexistem, de forma nem sempre clara.

O conceito de Interatividade assume diversas formas e apropriações e pode ser definido segundo vários pontos de vista. Teoricamente a interatividade aplicada aos novos *media* pode ser definida como uma

⁵ O conceito de “Televisão” será explorado enquanto *Mass Media* e não enquanto formato (tipo de televisor que atualmente pode ter várias utilizações, muito além de ver televisão).

abordagem comunicacional – “a interatividade como (qualquer tipo de) relação entre comunicadores e mensagens trocadas” (Kim e Sawney, 2002 *apud* Cardoso e Santos, 2005: 5) - ou ambiental - “uma experiência mediática oferecida tecnologicamente, em que o utilizador pode participar e modificar as formas e os conteúdos dos *media* em tempo real”. (Steur citado em Kim - Shawney, 2002 *apud* Cardoso e Santos, 2005: 5)

Apesar das várias possibilidades da televisão interativa, ela nunca poderá comparar-se à liberdade de ação oferecida pela internet: a comunicação de um para muitos e de muitos para um; a flexibilidade de utilização e de comunicação, através de voz, texto e vídeo, seja individualmente ou em grupo; a utilização do meio como uma plataforma de produção e processamento de informação e a potencialidade de criação de mensagens próprias. (Cardoso e Santos, 2005)

Por fim, também se verificam novas tendências, como o princípio do jornalismo cidadão (Andén-Papadopoulos and Pantti 2013; Patrick and Allan 2013 *apud* Nilsson, 2019), uma vez que nem sempre é possível aos *media* testemunhar desastres e catástrofes em tempo real e acabam por divulgá-las com base em imagens, vídeos e relatos de quem os viveu.

Da mesma forma, a instantaneidade da comunicação digital e das redes sociais que nos ligam e dão voz a todos, permitem divulgar acontecimentos (através de vídeo, texto ou áudio) antes dos próprios *media*. Por um lado, esta realidade força a rapidez de resposta das redações – a chegar aos acontecimentos e a divulgá-los - mas também cria novas fontes e recursos que podem ser fundamentais para o trabalho dos jornalistas (que tendem até a despertar uma resposta mais emocional por serem considerados testemunhos amadores, mas autênticos, embora levantem questões éticas, relacionadas com a dificuldade de garantir a autenticidade dos conteúdos).

Questiona-se, assim, se a internet tem um carácter corrosivo e coloca em causa o poder dos *media* tradicionais, em particular da Televisão, ou se há um novo espaço de mediação em que os *media* tradicionais se articulam com a internet, assumindo cada um as suas especificidades. (Cardoso, 2006)

O objetivo do presente trabalho, não é discutir se a internet teve um efeito positivo ou negativo, mas sim compreender que o jornalismo como o conhecíamos há 20 anos em Portugal já não existe por via dos avanços tecnológicos e sociais, da internet e das cadeias que nos ligam a todos em rede, e também que o peso do meio televisivo em Portugal na área da informação é ainda muito relevante, como se analisará adiante.

2) O Poder Mediático nos Momentos de Tensão

2.1) O terrorismo no séc. XXI – Contextos e consequências

A questão do terrorismo, o terrorismo novo, pós-11 de setembro, chega-nos, em grande medida, através dos *media* que, de alguma maneira, moldam as nossas percepções sobre cada caso e dão forma e expressão ao medo e ao terror.

Começemos por compreender o que é o terrorismo com Combs (2017: 13) que faz uma revisão da literatura e sugere a definição de terrorismo como: “Um ato de violência contra civis inocentes para criar ou evocar o medo numa audiência”, que tem objetivos políticos na sua base e poderá ser cometido por governos (“terror em massa”), grupos (“terror aos que estão no poder”, “terror com um target” e “terror aleatório”) ou indivíduos (lobos solitários).

A 11 de setembro de 2011, ocorreram uma série de atentados organizados pela Al-Queda (organização fundamentalista islâmica internacional) contra os EUA. Estes atentados traduziram-se no sequestro de quatro aviões comerciais de passageiros, dois dos quais colidiram contra as Torres Gêmeas na cidade de Nova Iorque. Um terceiro avião colidiu contra o Pentágono (sede do departamento de defesa dos EUA) e o quarto caiu num campo na Pensilvânia. Estes atentados originaram a morte de cerca de três mil pessoas.

O 11 de Setembro (doravante designado por 11/9) trouxe consigo a “guerra ao terror” encabeçada pelos Estados Unidos (Combs, 2017: 3) e o terrorismo do século XXI evoluiu para um verdadeiro espetáculo mediático. Segundo Hall, o 11/9 foi uma consequência da “disparidade do poder internacional depois do colapso da União Soviética no final dos anos 80” e desencadeou uma “Nova desordem mundial”. (Hall 2011 *apud* Tulloch e Blood, 2012: 104)

Toros (2017) é um dos teóricos que questiona a narrativa, predominante nos estudos críticos do terrorismo, de que o 11/9 foi um marco que mudou tanto o terrorismo enquanto conceito como as respostas governamentais a este problema, tipicamente baseadas nas “lógicas violentas de contraterrorismo e repressão de Estado” (Toros 2017:2015), mais do que no diálogo. Estas novas formas de repressão dos vários estados são, como veremos abaixo, realidades que tendem a crescer com o aumento do terrorismo e que acaba por se autojustificar com as campanhas mediáticas e políticas de reforço da segurança pública.

No entanto, embora o consenso não seja claro neste campo, a realidade é que o 11/9 foi o caso de terrorismo mais mediatizado do início do século, que originou também um ponto de viragem para a Al Qaeda, que sofreu algumas transformações significativas desde então.

É um facto, que desde o 11/9, se verificou um aumento notório do número de ataques terroristas no mundo desde 2000, que teve o seu pico entre 2014 e 2015 – com o ISIS a reclamar a autoria de boa parte dos ataques - e que agora tem vindo a decrescer (ANEXO A).

Se olharmos para o panorama do terrorismo religioso na União Europeia entre 2014 e 2018, os 3 anos em estudo (2015 - 2017) foram os mais dramáticos no que respeita ao número de vítimas mortais com 150, 135 e 62, e ao número de detenções com 687, 718 e 705 respetivamente (ANEXO B).

Os tipos de ataques terroristas mais praticados em solo europeu foram as explosões e os bombardeamentos, seguidos de ataques a locais públicos ou instituições (ANEXO C), e foi precisamente sobre estas possíveis ameaças que se publicaram as notícias que serão analisadas neste estudo.

O declínio do ISIS desde 2016 é uma evidência com uma redução do número de vítimas mortais na europa de 827, em 2016, para 204, em 2017 (Global Terrorism Index, 2018: 2). Este enfraquecimento deve-se à presença do ISIS nas guerras em territórios sírios e iraquianos que culminou na morte de “muitas das suas altas patentes e inúmeros combatentes foram mortos ou capturados pelas diversas forças que atuam no terreno.” (SIRP, 2018: 1) No entanto,

“O quadro descrito não antecipa um desagravamento da ameaça que impende sobre a Europa (...) E, em Portugal o grau de ameaça terrorista permanece MODERADO. Importa, contudo, sublinhar que Portugal e os cidadãos portugueses não estão à margem da estratégia da organização terrorista EI, do alcance da sua mensagem ou da ação dos seus militantes.” (SIRP, 2018: 2)

Além das perdas humanas e do clima de medo, o poder do terrorismo tem impactos políticos, tendo as ideias xenófobas, protecionistas, de fecho de fronteiras e anti-imigração disparado à medida que ele ganha expressão, dando força a uma direita populista que se serve destes perigos para se afirmar, criar medo e vencer.

Segundo Koehler (2016) “a Europa tem experienciado um reviver da militância de alguns grupos, redes e incidentes de extrema-direita nos últimos anos, bem como o surgimento da violência anti-imigração e islamofóbica (...)” (Koehler, 2016: 85) um momento em que “o conflito na síria tem gerado a maior onda de refugiados à procura de abrigo na Europa desde a Segunda Guerra Mundial”. (Koehler, 2016: 93) Neste contexto os partidos nacionalistas e de extrema-direita ganharam na Europa uma representação e um sucesso inesperados nos parlamentos de diversos países europeus, de acordo com Koehler, como resultado da crise dos refugiados e dos ataques terroristas de matriz islâmica.

“Depois dos ataques terroristas de 7 de Janeiro e 13 de Novembro de 2015 em Paris o partido de extrema-direita Frente Nacional atingiu os melhores resultados de sempre nas eleições regionais em França (...), depois dos ataques de 11/9 os crimes de ódio contra muçulmanos e o terrorismo de extrema direita (a relação entre ambos é altamente discutida) aumentaram 1600% nos Estados Unidos (...), depois dos bombardeamentos de Londres em Julho de 2015, a polícia reportou que a violência islamofóbica de extrema direita aumentou em 6 vezes e (...) no período que sucedeu ao

ataque do Jornal Charlie Hebdo este tipo de episódios aumentou 281% em França.” (Koehler 2016: 87)

Em todos estes casos, parece correto assumir que a exposição mediática dos atentados poderá ter exponenciado o ódio e o medo que vemos expresso nas consequências descritas. Em suma, o “terrorismo de direita” e a “violência política de carácter racista” são as grandes ameaças das democracias ocidentais. (Koehler 2016: 99)

Apesar dos avanços dos populistas que “triplicam votação na Europa em 20 anos”⁶ (RTP, 2018), importa ter presente que nem o terrorismo e as crises migratórias são os únicos motores do avanço do populismo - um tema que está na ordem do dia - nem o populismo se encontra apenas nas ideologias e forças partidárias de direita, como escreveu Massing (2019)⁷. Os problemas económicos, a falta de emprego, a falta de confiança na justiça, a alienação, a diminuição do nível de vida das populações e o aumento dos preços são também grandes alavancas do descontentamento na base do Brexit, ou do avanço dos populismos de Di Maio e Salvini, de Bolsonaro, de Trump, de Le Pen e outros.

Cas Mudde, citado pelo The Guardian, resume bem estas questões com as três razões que motivaram esta ascensão:

“A grande recessão, que criou alguns fortes partidos populistas de esquerda no Sul, a chamada crise de refugiados, que foi um catalisador para populistas de direita e, finalmente, a transformação de partidos não populistas em partidos populistas – como o Fidesz e Lei e Justiça [na Polónia]”. (RTP, novembro 2018)

O impacto do terrorismo a nível social tem duas frentes: a crise dos refugiados de uma guerra que mata civis e os empurra para os mares do mediterrâneo, deixando-os a braços com um futuro imprevisível e, em muitos casos, com a morte (ver anexos C e D); em paralelo com a realidade de outras tantas vítimas inocentes que morrem em solo ocidental de ataques de bomba, atropelamentos, tiroteios e outras formas de violência por parte de grupos organizados como o Daesh, o Hamas e outros ou de lobos solitários que se inspiram nos mesmos valores.

Em Portugal, há muito que não há registo de atentados terroristas, mas foram publicadas dezenas de notícias⁸ sobre alegadas ameaças em solo nacional, muitas delas fruto de denúncias dos cidadãos. Um

⁶ RTP (20 novembro 2018), “Populistas triplicam votação na Europa em 20 anos”, RTP. (Online) consultado em 20.07.2019. Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/rtp-europa/populistas-triplicam-votacao-na-europa-em-20-anos_n1112619

⁷ Massing, Michael em www.thenation.com, (janeiro, 2019) The Populism Problem at the ‘Times’ - The paper of record needs to remember that it’s not exclusively a right-wing phenomenon. (Online), consultado em 15.03.2019. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/new-york-times-populism-yellow-vest/>

⁸ Ver Quadro 1

dato interessante é que a 23 de março de 2016, no rescaldo dos ataques terroristas de Bruxelas (22 de março de 2016), a Ministra da Administração Interna à época (Constança Urbano de Sousa) considerou que Portugal manteve o nível de Alerta Moderado e o Ministro dos Negócios Estrangeiros (Augusto Santos Silva) afirmou o contrário, dizendo “Os níveis de alerta subiram”. (Bom Dia Portugal, 24 março 2019)

Também o SIRP descreve o caso português como “moderado” e, embora tenhamos como exemplo os países da Europa Ocidental que sofreram ataques Terroristas – que, pela sua proximidade podem fazer aumentar o medo em Portugal – a realidade é que todos os estudos evidenciam que nos últimos anos os ataques ocorridos no resto do mundo foram muito mais significativos e destruidores. Entre os países mais afetados pelo terrorismo destaca-se a Síria, o Iraque, o Afeganistão, a Nigéria, o Paquistão, a Somália e o Iémen.

Esta realidade tem impactos globais que tornam fundamental o seu estudo e a busca por compreender as opções e os efeitos do crescente mediatismo destes casos de violência.

2.2) Pânico Moral

Em momentos de medo, a forma como é efetuada a cobertura mediática de eventos potencialmente perigosos impacta a opinião pública. Para perceber este impacto podemos olhar para o conceito de Pânico Moral⁹, muito baseado em estereótipos de medo social, desencadeado por um determinado episódio ou sucessão de episódios que funcionaram como gatilho.

O conceito de Pânico moral, desenvolvido por Stanley Cohen, tem por base uma resposta violenta por parte dos grupos marginalizados pela sociedade capitalista (as rivalidades entre os grupos de jovens – *Mods* e *Rockers* – são usadas como exemplo) e a forma como as elites e os *media* usam este problema para gerar o pânico social. (Machado, 2004)

“Cohen define o problema como fenómenos recorrentes aos quais as sociedades parecem periodicamente estar sujeitas, no sentido em que há uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas que emerge para ser definido como uma ameaça aos valores e interesses sociais. A sua natureza é apresentada de forma estilizada e estereotípica pelos *mass media*; barricadas morais são fortalecidas [...]”. (Cohen *apud* Machado, 2004: 61)

As “três fases do ciclo vital deste processo” são “Inventário – conjunto de rumores e perceções públicas desorganizadas”; “Mobilização de atitudes e opiniões – tentativa de dar significado ao problema”; e “Ação e remediação do problema – que junta os dois anteriores”). (Machado, 2004: 61 – 62)

⁹ Conceito desenvolvido por Stanley Cohen em 1972 na obra *Folk Devils and Moral Panics*

Segundo Hall *et al*¹⁰, o pânico deixa de ser originado por um acontecimento em específico e passa a ter origem em informações e valores fornecidos pelos *media* e pelas instâncias de poder, que assim justificam um modelo de atuação mais repressivo. Esta revisão do conceito surgiu em Inglaterra no início dos anos 70 e em torno do “*mugging* que constituiu (...) uma reação à fragmentação da hegemonia (em virtude da crise económica e do agravamento dos conflitos de classe) a uma mudança na forma de exercício de controlo social, em direção a um modelo mais repressivo”. (Hall *et al.*, 1978, *apud* Machado, 2004: 63)

O crescimento do crime violento (na prática negado pelos autores) é a convicção da sociedade que serve de base a esta teoria, fixada no jovem negro habitante do *ghetto*, e é socialmente associada a uma outra convicção da sociedade: o excesso de tolerância dos tribunais em relação a quem reprime.

Para a resolução do problema, os autores verificaram que a sociedade atribui uma importância decisiva aos “agentes de controlo formais (Polícia, Tribunais e Governo) e aos *media*, entre os quais consideram que existe uma relação de ‘interdependência ideológica’, uma vez que os “poderosos têm um acesso privilegiado aos *media*”. O processo, pelo qual os *media* justificam estes estereótipos colocados em bodes expiatórios é o que mais favorece este modelo de pânico moral: os poderosos têm acesso aos *media* por via da estrutura noticiosa (que exige um contacto constante entre ambos) e da ideologia profissional dos jornalistas (“o valor de objetividade favorece as perspetivas oferecidas pelas fontes oficiais”), e os *media* relatam os problemas sociais com códigos de referência que já são conhecidos pela sociedade, ou seja, têm abordagens familiares. Assim, recorrendo ao senso comum, os *media* reproduzem ideologias dominantes, tornando-se “Aparelhos Ideológicos do Estado” – um conceito de inspiração marxista, que Althusser desenvolveu também na década de 70, e que vê os *media* como portavozes da organização social, moldada segundo os interesses dos poderosos. (Machado, 2004: 64)

O conceito foi revisto em 2004 por Rothe e Muzzatti, que afirmaram que, depois do 11/9 a Sociedade americana foi inundada por discursos e representações do terrorismo, difundidos pelos *media* e pela classe política, que criaram uma cultura do medo e fomentaram “níveis desnecessários” de Pânico Moral. (Rothe e Muzzatti 2004)

Em suma, os *media* são vistos neste conceito como uma forma de controlo social com força para difundir medos e ideias consensuais, por vezes perigosas. Esta é uma das bases teóricas deste trabalho porque se procurará concluir pela existência ou inexistência, nestas notícias, de um discurso potencialmente criador Pânico Moral na população portuguesa, ainda que os dados não nos permitam aferir se ele é ou não intencional.

¹⁰ Formularam uma nova noção de pânico moral no livro “Policing the Crisis” (Stuart Hall *et al*), através da análise do fenómeno do *mugging*. (idem)

2.3) A Sociedade do Risco

Em 1986, o sociólogo alemão Ulrich Beck desenvolveu uma das teorias mais relevantes do Século XX: A Sociedade do Risco¹¹. O autor propõe uma segunda modernização, em vez de uma pós-modernização, uma vez que os padrões coletivos de vida, o progresso e o controlo, o pleno emprego e a exploração da natureza, que eram típicos da primeira modernização, foram agora minimizados por cinco processos interligados: a globalização a individualização, a revolução de género, o desemprego e os riscos globais – todos eles “riscos a que a sociedade deve responder em simultâneo”. (Beck, 1999: 2)

Os primórdios da sociedade do risco são, assim, localizados pelo autor no período pós-sociedade industrial em que:

“os riscos incalculáveis da sociedade pré-industrial (pragas, fome, catástrofes naturais, guerras, mas também a magia, os deuses, os demónios) são transformados em riscos calculados no curso do desenvolvimento do controlo instrumental racional que o processo de modernização promove em todas as esferas da vida”. (Beck, 1999: 75-76)

Para Beck, o risco, associado ao desenvolvimento científico e industrial da modernização, que não pode ser contido espacial ou temporalmente, é um estágio intermédio entre a segurança e a destruição, e a sua perceção determina o pensamento e a ação.

No risco, passa a ser o futuro e não o passado que determina o presente (Beck, 1999, *apud* Mendes, 2015: 211-212), e é deste processo de transformação social que nasce a noção de “auto-crítica da sociedade” que substitui a “teoria crítica da sociedade”. (Beck, 1999: 80.) A modernização reflexiva surge como uma resposta social às transformações do mundo atual (políticas, tecnológicas, sociais, ambientais, etc.) e às crises globais e representa a tendência para a individualização dos cidadãos, o constante questionamento da tradição pelas sociedades – ou “destradicionalização” por via da modernização dos modos de vida. (Beck, *et al.* 2000: vii) Falamos, assim, de uma sociedade nova que se critica e reflete ativamente, pois só assim evolui. (Beck, *et al.*, 2000: 3)

“Modernização Reflexiva” significa a possibilidade de uma (auto) destruição criativa de toda uma época: a da sociedade industrial. O sujeito desta destruição criativa não é a revolução nem a crise, mas a vitória da modernização ocidental. (Beck, *et al.*, 2000: 2)

Assim, passamos a viver num período pautado pela individualização da sociedade que “é um produto da reflexividade” (Beck 1999: 153-154), em que a “generalização do mercado de trabalho, protegida pelo Estado Social, dissolve as bases da sociedade de classes e da família nuclear” e “o fim da pós-

¹¹ Conceito desenvolvido por Ulrich Beck na obra “Risikogesellschaft” (1986) - “World Risk Society” (1999)

história coincide com a perda da consciência histórica nas suas formas de pensar, viver e trabalhar”. (Beck, 1992: 153)

Relativamente à distribuição do risco - conceito que servirá de base a este trabalho - o autor refere que “o processo de reflexividade da modernização pode também ser ilustrado através do exemplo da produção de riqueza e distribuição do risco”, uma vez que “as estruturas sociais são alteradas e à medida que os riscos da modernização se tornam científicos, a sua latência é eliminada”. Os riscos tornam-se, assim, globais. (Beck, 1999: 153 -154)

Na sua obra *World at Risk* (2008), Beck apresenta uma reflexão sobre a forma como os riscos e as desigualdades globais assentam em vulnerabilidades locais, estuda os riscos ambientais, financeiros e relacionados com o terrorismo (Beck, 2008: 13, *apud* Mendes, 2015:213) e afirma que “os Estados, mesmo no ocidente, estão mais autoritários mas são ineficientes quando se trata de lidar com as diferentes ameaças e perigos globais, constituindo-se como “Estados falhados fortes”. (Beck, 2008: 79, *apud* Mendes, 2015:213)

Beck, (2002) defende que os atentados de 11/9 levaram a um “completo colapso da linguagem”. Não só mudaram por completo a linguagem e os significados de conceitos como “segurança”, “terrorismo” ou “guerra”, como são a definição de Sociedade do Risco na Sociedade em que vivemos hoje. (Beck, 2002, *apud* Estevão, 2015)

Também na sequência do ataque terrorista ocorrido em França ao jornal satírico *Charlie Hebdo* em 2015, Estevão liga o conceito de Sociedade do Risco ao de Pânico Moral, acima referido, afirmando que “a Sociedade de Risco em que vivemos atualmente, alimentada por um Pânico Moral dirigido à população pela classe política e pelos *media*, leva à proliferação e legitima a supervisão e controlo, por parte do Estado”. (Estevão, 2015) A verdade é que os ataques ocorridos na Europa trouxeram ao Parlamento Europeu a discussão de diversas medidas de combate ao terrorismo que permitem ao Estado e às autoridades aumentar o controlo e a vigilância dos cidadãos. São disso exemplo o Passenger Name Record (PNR), em vigor nos EUA após o 11 de setembro de 2001, que obriga as companhias aéreas que operam voos fora da UE a entregar os dados dos seus passageiros às autoridades nacionais (Abril de 2016); Transferências de dados para fins policiais e judiciais para facilitar a cooperação transfronteiriça entre as forças policiais e os magistrados do Ministério Público (Abril de 2016); Controlo sistemático das fronteiras externas e o registo de todos movimentos dos cidadãos não-europeus dentro do espaço Schengen (Fevereiro de 2017); Rastreamento dos viajantes para a UE de todos os que não necessitam de visto, através do Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (Julho de 2018); Melhoria do Sistema de Informação de Schengen - a base de dados vai incluir novos tipos de alertas para casos relacionados com atividades terroristas (Outubro de 2018) e Melhoria do Sistema de Informação sobre

Vistos - reforço os controlos de segurança dos cidadãos de países que necessitam de visto para viajar para o espaço Schengen.¹²

Apesar dos possíveis riscos relativos à proteção de dados e da privacidade, a maior parte dos cidadãos reconhece o terrorismo como uma ameaça real, em grande parte pelas notícias que lhes chegam através dos *media*, e parece concordar que a UE deve fazer mais para o combater. (77% dos cidadãos europeus e 82% dos portugueses, segundo os dados do barómetro realizado pelo Parlamento Europeu).

As sociedades do risco voltam a ganhar força no momento em que vivemos, por via do constante debate, prevenção e tentativa de encontrar soluções para os riscos incalculáveis a que estamos expostos. (Beck e Levy, 2013: 15-16, *apud* Mendes, 2015:213)

A noção de ameaça global é corroborada pelo primeiro-ministro António Costa, que, na sequência da notícia, dada a 30 de Agosto de 2017, do encerramento do Metropolitano do Aeroporto de Lisboa devido a uma ameaça de bomba (numa altura em que decorriam os preparativos para receber pela primeira vez o Festival Eurovisão da Canção), no dia 31 do mesmo mês, falou aos jornalistas, numa conferência de imprensa, sobre o tema da ameaça terrorista:

“(…) A Secretária Geral do Sistema de Segurança Interna já teve oportunidade de esclarecer que, como é óbvio, de cada vez que há qualquer notícia ou informação sobre uma ameaça que todos sabemos que é global, ainda há pouco tempo duas compatriotas nossas foram vítimas do terrorismo numa visita a Barcelona. E esta é uma ameaça global que pode estar em todo o sítio. Portanto é, obviamente, dever das forças civis de segurança e do nosso sistema de segurança interna avaliar e analisar cada informação ou cada notícia que surge.” (Costa, 2017)

Assim, podemos afirmar que vivemos numa Sociedade do Risco, onde predomina a individualização e a instabilidade, com ameaças globais e que não podem ser previstas nem territorialmente contidas. Esta realidade associada a uma constante exploração de momentos de pânico moral por parte dos *media* serve de contexto para o presente estudo.

2.4) O terror mediatizado: Discursos e enquadramentos mediáticos do terrorismo

Quando ocorre um ato terrorista em solo nacional os jornalistas têm o dever de informar o público, enquanto eles próprios vivem um momento de trauma (Simonsen 2015; Zelizer 2002 *apud* Nilsson, 2019: 4), e a escolha da imagens e textos que vão veicular é decisiva para a forma como aquela crise será socialmente interpretada. (Nilsson, 2019)

Como explorado no ponto 2.2, a mediatização do terrorismo ancorada num discurso sensacionalista e

¹² Dados retirados do Infográfico “Luta Contra o Terrorismo” do Parlamento europeu disponível em http://www.europarl.europa.eu/infographic/europe-and-terrorism/index_pt.html

alarmista pode gerar um clima de Pânico Moral. Se por um lado o terrorismo é um problema global, no contexto da nossa sociedade do risco, que importa a todos e tem de estar contemplado nos *media*, por outro sabemos que, atualmente, os grupos terroristas vivem também deste terror veiculado pela informação como forma eficaz para reforçar o medo. Este é um tema apetecível aos *media* pela atenção gerada que se reflete no aumento das audiências, mas também difícil de gerir, uma vez que levanta várias questões éticas e que a cobertura pode inspirar outros episódios violentos.

As grandes pressões exercidas sobre os *media* para atrair audiências – para fazer face às ondas tecnológicas e às transformações financeiras – podem criar a poderosa tentação de dar maior foco ao que é violento e sensacional e até de reportar informação de última hora e rumores antes de a sua veracidade estar confirmada, apenas para se ser o primeiro a dar a notícia. (Marthoz, 2017)

Segundo Picard (1989), na cobertura mediática dos eventos terroristas, os jornalistas recorrem a quatro “tradições retóricas” no seu discurso que afetam a forma como as audiências dão significado aos acontecimentos. São elas: a informação - que dá ênfase à factualidade e documentação das provas e que transmite calma e procura a objetividade; o sensacionalismo - que se baseia em conteúdo emocional e que funciona bem em notícias de conflitos e terrorismo, com, maior tendência para despertar sentimentos trágicos e dramáticos; o storytelling - que consiste em noticiar os acontecimentos como se fossem uma história com heróis e vilões e que contextualiza, mas também personaliza, as perspetivas dos eventos; e a abordagem didática - que se foca em dar explicações sobre os acontecimentos, através de artigos sobre as razões e a forma como atuam os terroristas. (Picard, 1989: 3-5) Estes atos são noticiados na televisão frequentemente na forma de “peças informativas curtas”, “última-hora” e nos “noticiários” e os públicos recebem uma informação reduzida que coloca ênfase no drama. Se houver reportagem o foco principal é o evento e as suas táticas e se se optar por uma entrevista o foco passa a ser as causas e as consequências. (Picard, 1989: 8-9)

Picard (1989) refere que os atos terroristas estão carregados de significados e simbologia e os *media* funcionam como descodificadores destas mensagens, tendo por isso a grande responsabilidade de atuar sobre as precessões das audiências.

Precisamente por perpetuarem a ordem dominante, os *media* tendem a ser procurados pelos autores dos atos terroristas enquanto fóruns para difundir as suas ideias, separando-as dos seus atos, e para reivindicar a origem de ataques (mesmo que falsa), para reforçar o seu poder,. No entanto, o que se verifica na prática é que raramente são favorecidos porque as coberturas mediáticas dão pouco valor às causas destes eventos (Picard, 1989)

Em vez disso, geralmente os *media* são mensageiros das entidades oficiais (políticos e autoridades) que procuram marginalizar os responsáveis e passar uma ideia de força e estabilidade social no momento de responder ao terrorismo. Em parte, por falta de outras fontes ou por falta de acesso direto às testemunhas destes incidentes, os jornalistas são altamente dependentes das entidades oficiais e dos

especialistas em segurança, que têm conhecimentos pouco aprofundados dos casos e vulneráveis às suas agendas políticas bem definidas em relação ao tema. (Picard, 1989)

A propósito do 11/9, Kellner diz que “Tanto os Jihadists islâmicos como as duas administrações Bush implantaram espetáculos de terror para promover as suas agendas políticas” (Kellner, 2006:1) e que o caso foi tratado com muita histeria e falhou em contextualizar. A cobertura mediática do caso explorou a dualidade “nós” vs “eles” e (optando pela meta-narrativa do “Clash Of Civilizations” - civilização vs a barbárie). (Kellner, 2006)

À semelhança do que aconteceu com o 11/9, a cobertura mediática de um outro caso em solo nacional, o ataque ao Jornal satírico Charlie Hebdo (que matou 12 pessoas e feriu 11) a 7 de janeiro de 2015, a France 24, um canal televisivo detido pelo estado francês, abordou a questão do terrorismo de uma forma “relativamente redutora”.

“O ato foi altamente associado ao islão e aos Muçulmanos, causado por fatores externos (organizações terroristas e ideologias islâmicas) que França não assinou e pelos quais não poderia ser culpabilizada. Os acontecimentos internos como a discriminação, a marginalização dos jovens, as falhas na educação e a falta de trabalho, as relações entre a aplicação da lei e a comunidade muçulmana que podia potencialmente contribuir para os atos não foram explorados pelo jornalismo de investigação.” (Polonska-Kimunguyi e Gillespie, 2016:2)

A qualidade do jornalismo na cobertura do terrorismo depende de fatores que vão “além das emergências, dos última-hora, (...) requer capacidades especiais de investigação e análise de tópicos de grande complexidade que afetam a política externa, as relações de poder dentro da política interna, a religião e o crime transnacional”. (Marthoz, 2017:13)

As consequências de uma cobertura pouco completa e que diaboliza os muçulmanos afasta estas comunidades residentes em França e divide a sociedade promovendo o binómio redutor “nós” vs “eles”, cria conflitos e faz aumentar o medo. Além disso, estimula o ódio além-fronteiras, aumenta a desigualdade e pode desencadear mais extremismos e violência. (Polonska-Kimunguyi e Gillespie, 2016)

Em suma, a violência chocante dos atos terroristas não deve ser encarada de forma redutora por parte dos *media*, nem reduzida às retóricas “nós” vs “eles” ou os “bons” vs os “vilões”, mas sim analisada e contextualizada. (Marthoz, 2017)

Contrariamente a esta tendência, os *media* suecos trataram o caso de 7 de abril de 2017, (um homem do Uzbequistão conduziu um camião roubado e avançou sobre uma rua movimentada no centro de Estocolmo, matando 5 pessoas e deixando várias feridas) com particular ética. Segundo o trabalho de Nilsson (2019) que estudou “a função dos conteúdos visuais partilhados por testemunhas (cidadãos) na cobertura mediática, os níveis de exposição através desta cobertura visual e o impacto da proximidade

na interpretação das crises” (Nilsson, 2019:1), no caso dos 4 jornais suecos em análise (edições físicas e digitais), foi dado destaque às contribuições visuais das testemunhas no local, foram publicadas poucas imagens excessivamente explícitas (ainda que houvesse uma tensão entre a vontade de mostrar - as testemunhas a ajudar as vítimas, e a de proteger – as vítimas) com um trabalho de edição para que as vítimas não fossem reconhecidas e textos jornalísticos que mantiveram a ética no momento de mostrar as imagens. Em suma, os 4 jornais estudados procuraram fazer uma cobertura ética e manter a credibilidade num momento em que a posição dos *media* - de protetores da informação fidedigna - está em causa em relação a estas temáticas. Sobretudo quando falamos de crises nacionais, às vezes a ética jornalística reside na capacidade de não mostrar ou divulgar determinadas imagens ou vídeos com elevado grau de exposição do sofrimento e, neste caso sueco, apesar de as redes sociais se inflamarem com imagens e vídeos altamente explícitos, os jornais resistiram e as estratégias usadas foram: os jornalistas colocaram-se no papel de cidadãos também eles afetados pelo ataque e foi feita uma seleção de conteúdos moral e pedagógica. (Nilsson, 2019)

Assim, uma vez que todo o discurso jornalístico é uma construção, com diferentes retóricas, propósitos e efeitos, perceber qual foi o posicionamento discursivo da RTP, nestes 3 casos de potenciais crises, é a grande questão de partida deste trabalho.

2.5) Uma nova Ética e Deontologia do Jornalismo

“O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade (...) deve combater a censura e o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas e o plágio como graves faltas profissionais.” (Novo Código Deontológico dos Jornalistas, Pontos 1 e 2) De todos os princípios éticos que devem pautar o jornalismo destacam-se o rigor, a transparência, a responsabilidade e o dever de informar de forma esclarecida e com base em fontes seguras, no entanto, os desafios do mercado, a concorrência e a crise do jornalismo podem pô-los em causa.

É esta realidade mediática de hoje, como refere a Presidente da CCPJ¹³, Leonete Botelho, que considera que o jornalismo livre corre diversos riscos, dos quais destaca “os modelos económicos e a tecnologia, a crise da publicidade e a crise das democracias, as *fake news* e os *fake journalists*” mas também a corrupção associada às tentativas de manipular os profissionais do jornalismo. (Botelho, 2019)

O Sensacionalismo está também entre as grandes ameaças ao jornalismo. Este já não é um conceito novo, já em 1830, com a “*Penny Press*” nos EUA, os jornais eram pequenos e baratos, recheados de temas quentes (crimes e atos de violência, eventos locais ou trivialidades) sem grande profundidade e que tendem mais a gerar sensações e opiniões no público do que a informá-lo. (Sachsman e Bulla, 2013)

¹³ Comissão da Carteira Profissional do Jornalista

O “*Yellow Journalism*” veio a substituir a “*Penny Press*”, no séc. XX e juntou-lhe um discurso enviesado, com opiniões e um target mais claro.

A crise económica e as consequentes pressões para atrair audiências no mercado televisivo, reforçada pelo excesso de oferta informativa na esfera *online* (onde os *media* também se encontram “podem criar a poderosa tentação de focar os aspetos violentos e sensacionais e de noticiar informações de última-hora e rumores, mesmo antes de o rigor e a exatidão estarem assegurados” (Marthoz, 2017:1), o que resulta numa cobertura enviesada e pouco informativa.

Tanto os desafios do mercado e a instabilidade a nível mundial, como a rapidez da divulgação e a partilha das informações e o impacto das notícias em multiplataformas e em tempo real, característicos da nossa sociedade em rede, promovem as *fake news*, o imediatismo acima do rigor e, em suma, a desinformação.

Os *media* enquanto atividade económica têm de ser rentáveis, “mas não a qualquer preço”. Neles reside a grande responsabilidade de combater a desinformação com informação e verdade. (Botelho, 2019)

O presente trabalho, procurará responder à questão: conseguiu a RTP1 evitar o sensacionalismo e manter um discurso ético aquando da divulgação das notícias de alegados atentados terroristas em solo nacional?

3) O impacto da televisão no consumo de notícias em Portugal

A televisão permite transformar questões que a sociedade “discute ou até evita em argumentos e em personagens (...) o que facilita a assimilação pelo recetor” (Torres, 2011:28) e, embora, “com a explosão dos canais digitais”, a televisão seja hoje um meio de audiências segmentadas, a televisão generalista continua a manter uma relação forte com a sociedade (Torres, 2011)

Tal como já foi acima referido, a televisão é um *media* de elevada expressão, com uma grande capacidade de chegar a muitos e que, em Portugal nos anos em análise (2015 -2017), foi o meio mais consumido para ver notícias que, de algum modo, formaram as nossas perceções sobre o mundo.

“Embora os efeitos da televisão sobre as opções políticas sejam bastante diversos, a política e os políticos ausentes da televisão nas sociedades desenvolvidas simplesmente não têm chance de obter apoio popular, visto que as mentes das pessoas são informadas fundamentalmente pelos meios de comunicação, sendo a televisão o principal deles.” (Carnoy e Levin, 1985 *apud* Castells, 2005: 421)

O meio televisivo é muito relevante pelas suas características: pela forma como, através de texto, som e imagem confere credibilidade (porque passa uma sensação de maior realidade) - “já não é o jornalista que está a dizer, mas sim, o público que se defronta com a realidade jornalística” (Évora, 2004 *apud* Sena 2013: 49) - e imediatismo (pela possibilidade de estar no local em tempo real) às notícias que divulga. Além disso, “a lógica do tabloide e do sensacionalismo é associada à imprensa e não à rádio e

TV, o que leva a uma perceção generalizada de que o jornalismo parece ser mais sério nestes dois últimos meios”¹⁴.

Os «valores-notícia» dos atuais noticiários televisivos são regidos principalmente por critérios de seleção do «inesperado» e do «negativo» do que é tido por adquirido, esquecendo que, com estas opções, a prática jornalística se torna mais sensível aos «acontecimentos calamitosos» do que aos «acontecimentos geradores de conhecimento» para os seus cidadãos. (Brandão, 2010: 141 apud Sena, 2013)

De uma forma geral, Portugal é um país com níveis bastante elevados de confiança nas notícias, sobretudo quando comparado com os países do resto da Europa. Em 2015, os níveis de confiança dos portugueses no jornalismo rondaram os 66%, os 59,6% em 2016 (Reuters, 2016) e, em 2017 voltaram a subir ligeiramente até aos 60% (Reuters, 2017) - ver ANEXOS E e F.

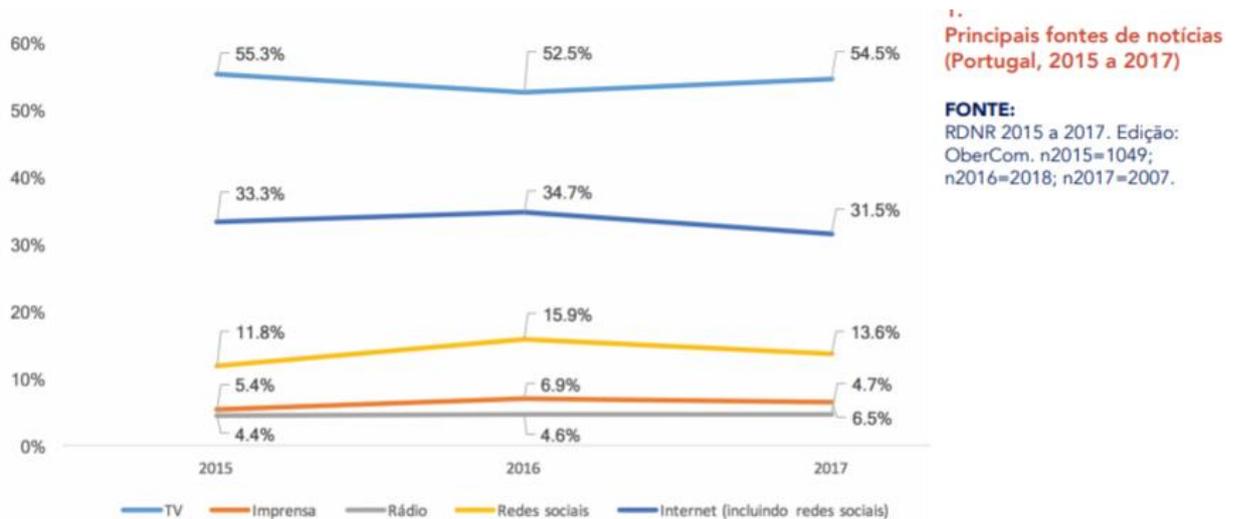
Em 2019 o nível de confiança global na informação prestada pelos diversos órgãos de comunicação social decresceu 4 pontos percentuais relativamente a 2018, situando-se em 58%, mas mesmo assim Portugal situa-se na segunda posição dos 38 países analisados no estudo “Digital News Report 2019” do Reuters Institute. A informação da RTP mantém em 2019 a liderança no índice de confiança entre todos os órgãos de comunicação.

Nos anos em análise e ainda atualmente (2019) a televisão é um *media* de elevada expressão, com uma grande capacidade de chegar a muitos e que foi genericamente o meio mais consumido em Portugal nos anos em análise, entre 2015 e 2017, sobretudo na faixa etária acima dos 64 anos (ANEXO G).

O meio televisivo foi também a fonte preferida dos portugueses para ver notícias, como se pode observar na Figura 1 (Reuters, 2017:13), apesar de, em 2016, os portugueses consideraram a TV a segunda fonte de informação mais credível, a seguir aos jornais nacionais impressos – Figura 2. (Obercom, 2017:32) O Poder da Televisão é reforçado ainda por outros contextos, como o seu peso no sector publicitário que viu este como o principal meio a investir entre 2002 e 2017 – ver anexo I (OberCom, 2019). Relativamente ao canal em análise, entre 2015 e 2017, a RTP foi distinguida como *Superbrand* pelo estudo do consumidor Superbrands Portugal. ([Site RTP, 2017](#))

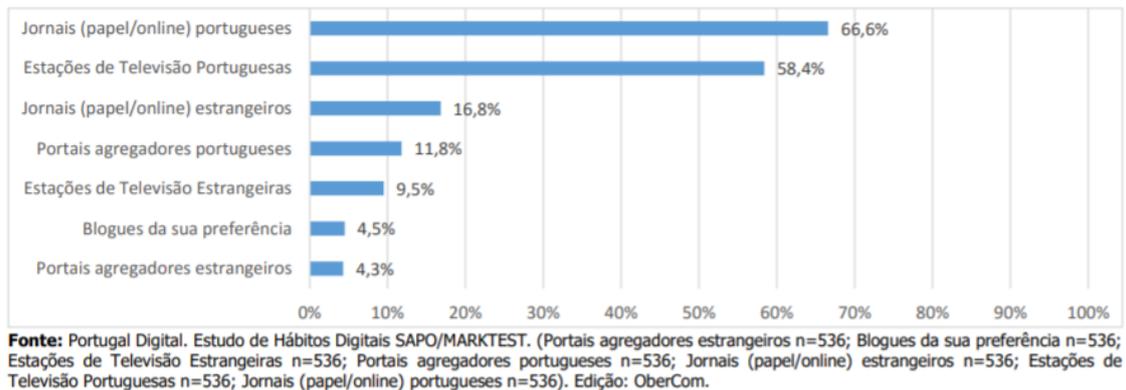
Figura 1: Principais fontes de notícias (Portugal, 2015 a 2017)

¹⁴ Declarações de Gustavo Cardoso ao Jornal Público publicadas a 23 de Agosto de 2016. (Online) consultado a 02/08/2019 <https://www.publico.pt/2016/08/23/sociedade/noticia/em-que-meio-de-comunicacao-social-confiamos-mais-1742077>



Fonte: Reuters Institute Digital News Report 2017 – PORTUGAL (p.13)

Figura 2: Fontes de informação mais credíveis



Fonte: Reuters Institute Digital News Report 2017 – PORTUGAL (p.13)

Embora ter audiências não seja o único objetivo do canal público, a verdade é que a RTP1 perdeu progressivamente Share (audiências) ao longo destes 3 anos (figura 3). Na categoria de informação, no entanto, o canal ganhou na confiança dos portugueses em 2014, perdeu-a para a SIC em 2015 e 2016 e voltou a recuperá-la em 2017 até 2019, segundo o Estudo “Marcas de Confiança” (Seleções Reader’s Digest, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018).

Figura 3: Evolução anual do “Share” global por canal (%), 2002 a 2017

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
RTP1	21,1	23,8	24,7	23,6	24,5	25,2	23,8	24,0	24,2	21,6	18,5	16,9	18,7	14,8	13,7	12,4
RTP2	5,3	5,0	4,4	5,0	5,4	5,2	5,6	5,8	5,3	4,5	3,4	2,1	2,0	2,0	2,0	1,5
SIC	31,5	30,3	29,3	27,2	26,2	25,1	24,9	23,4	23,4	22,7	21,8	21,5	19,7	18,7	17,6	17,1
TVI	31,4	28,5	28,9	30,0	30,0	29,0	30,5	28,7	27,5	25,7	26,7	26,0	23,5	22,5	21,5	21,0
Cabo/outros*	10,6	12,3	12,7	14,1	14,0	15,4	15,2	18,2	19,7	25,5	29,6	33,4	36,1	42,0	45,2	46,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Anuário da Comunicação 2017

Quanto a audiências na categoria em estudo (informação) a RTP1 foi a mais vista pelos portugueses entre 2015 e 2017, ainda que com uma progressiva descida ao longo dos 3 anos – ver figuras 4 e 5. Importa ainda salvaguardar que, de entre as categorias de géneros televisivos reportados pelo anuário (“Arte e Cultura”, “Cultura geral/Conhecimento”, “Desporto”, “Divertimento”, “Ficção”, “Informação”, “Juventude”, “Publicidade” e “Outro”), a RTP1 foi a única (excluindo a RTP2) que, em 2016, deu mais tempo de emissão à categoria “Informação” do que a qualquer outra e, em 2015 e 2017 esta só ficou ligeiramente atrás da categoria “Divertimento” (mas em segundo lugar no ranking dos tempos médios diários de emissão, contrariamente ao que aconteceu com a SIC e TVI que privilegiaram sempre o “Divertimento”, a “Ficção” e a “Publicidade” relativamente à “Informação” – ver anexos K e L. (OberCom, 2016 b) e OberCom 2017)

Figura 4: Audiência por género de programa (%)

	Total		RTP1		RTP2		SIC		TVI	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Arte e cultura	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,7	0,0	0,0	0,0	0
Cultura geral/Conhecimento	2,3	2,4	2,2	3,0	20,1	17,1	1,7	1,7	1,1	1,0
Desporto	2,6	4,6	5,0	12,6	12,1	15,7	1,0	1,1	1,6	1,4
Divertimento	24,2	23,6	31,3	30,4	2,0	1,3	17,1	13,9	27,5	29,3
Ficção	25,9	24,7	14,8	9,3	12,9	17,6	35,9	37,6	26,0	24,5
Informação	24,4	24,4	33,1	31,8	16,4	11,0	22,6	23,8	21,0	21,5
Juventude	1,5	1,5	0,1	0,1	31,9	32,9	0,8	0,6	0,2	0,2
Publicidade	14,9	14,8	10,0	9,6	1,6	1,5	16,9	16,9	17,6	17,7
Outro	4,2	4,0	3,4	3,2	2,4	2,2	4,0	4,4	4,9	4,3
Total	100									

Fonte: Anuário Media e Publicidade, 2015 e 2016, Marktest. Edição: OberCom. Nota: Tempo diário de emissão em minutos médios.

Fonte: Anuário da Comunicação - OberCom - 2015/2016

Figura 5: Audiência por género de programa (%)

Audiência por género de programa (%)										
	Total		RTP1		RTP2		SIC		TVI	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Arte e cultura	0,0	0,3	0,0	0,1	0,7	1,2	0,0	0,0	0	0,0
Cultura geral/Conhecimento	2,4	9,7	3,0	4,9	17,1	30,2	1,7	2,0	1,0	1,7
Desporto	4,6	2,0	12,6	4,6	15,7	2,5	1,1	0,7	1,4	0,2
Divertimento	23,6	18,8	30,4	28,1	1,3	4,6	13,9	17,9	29,3	24,7
Ficção	24,7	21,3	9,3	15,2	17,6	16,5	37,6	29,6	24,5	24,0
Informação	24,4	18,5	31,8	27,7	11,0	12,3	23,8	16,1	21,5	18,1
Juventude	1,5	8,7	0,1	1,6	32,9	28,7	0,6	2,7	0,2	1,6
Publicidade	14,8	15,8	9,6	13,9	1,5	1,3	16,9	25,1	17,7	22,7
Outro	4,0	5,0	3,2	4,0	2,2	2,9	4,4	5,9	4,3	7,0
Total	100									

Fonte: Anuário Media e Publicidade, 2016 e 2017, Marktest. Edição: OberCom. Nota: Tempo diário de emissão em minutos médios.

É notória a expressão da televisão em Portugal e do canal português detido pelo Estado – RTP1 no cenário informativo nacional nos anos em estudo e explica a importância de estudar a temática dos alegados atentados terroristas divulgados por este meio no nosso país. Se nos momentos em que estas crises ocorrem – antes de se confirmar que não há risco de bomba - o meio televisivo vive do imediato e dos “última-hora”, da rapidez a chegar ao local e contar a história, há um maior risco de especulação, de um discurso sem substância, pouco pensado ou sensacionalista e causador de um pânico potencialmente injustificado. Quais as opções tomadas pela RTP1 nestes contextos e quais os discursos que daí resultaram será o grande foco deste estudo.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

1) O canal televisivo em análise

1.1) A RTP

A emissora de televisão nacional detida pelo Estado português iniciou-se na rádio em 1935 com o nome de Emissora Nacional e na televisão em 1955 com o nome de Rádio e Televisão Portuguesa (RTP) e foi o primeiro canal de televisão em Portugal até ao surgimento da SIC 1992.

Na televisão, o grupo RTP contempla A RTP1, a RTP2, a RTP3, a RTP Açores, a RTP Madeira, a RTP África, e a RTP Internacional. (rtp.pt)

O site da RTP foi lançado em 1997 e em 2011 a Estação iniciou o RTP Play, o “serviço pioneiro para visualização e escuta de emissões *online*, bem como de programas em *on-demand*.” (rtp.pt). O canal tem uma abrangência internacional desde 1992, tendo acompanhado desde então as mais variadas comunidades portuguesas pelo mundo e foi em 2003 que surgiu como Rádio e Televisão de Portugal, tendo agregado a Rádio, a Televisão e o Digital.

A Diretora de Informação da RTP é a jornalista Maria Flor Pedroso, o jornalista José Fragoso assume a posição de Diretor de Programas da RTP1 e Gonçalo Reis a Presidência do atual Conselho de Administração da RTP.

Nos anos em análise destacam-se: a assinatura do Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e de Televisão, o início de funções do novo conselho de Administração e ainda o lançamento da RTP3 em substituição da RTP Informação, em 2015; o lançamento da plataforma digital RTP Arena, dedicada aos *e-sports*, a chegada dos canais RTP3 e RTP Memória à TDT, em 2016; e a criação da app RTP Notícias, que agrega as principais notícias do dia, e o lançamento do Portal RTP Arquivos, em 2017. (RTP)

Um dado relevante sobre a RTP resulta da investigação do livro “Telejornais em Exame” (2010), que analisou telejornais dos quatro canais generalistas portugueses de sinal aberto, e verificou que a RTP1 era o canal que tinha menor registo de notícias negativas e um maior registo de notícias positivas. (Silveira e Shoemaker, 2010:215)

1.2) O Serviço Público de Televisão

O pressuposto para a existência do Serviço Público de Televisão assenta na necessidade da existência de um serviço imune à pressão da rentabilidade económica dos serviços privados que garanta a democracia e o pluralismo. Sustentando a sua justificação na independência da informação e no livre acesso a todos, o Serviço Público de Televisão pressupõe a criação de conteúdos audiovisuais diversificados ao nível das temáticas, como a disponibilização de programas de qualidade e com cultura nacional, eventos importantes e conteúdos de interesse a todos os cidadãos, mesmo às minorias (o que não caracteriza os canais privados). (Medina e La Porte, 2010)

Ao operador público cabe “regular”, ou melhor, colocar-se como referência inequívoca em termos de informação televisiva. Será, então, desejável que opte, autonomamente, por adequar a sua estratégia de informação ao exposto no relatório de Setembro de 2002¹⁵ (...), recolocando também a estratégia de agendamento em torno das matérias da realidade portuguesa que possam contribuir claramente para o desenvolvimento do país e para o reforço da cidadania. (Silveira e Shoemaker, 2010:346)

A Televisão pública deverá, por isso, suprir as necessidades de informação audiovisual dos cidadãos, mesmo as que não são rentáveis, ainda que a União Europeia defenda (Protocolo de Amsterdão, 1997) um sistema dual em que as televisões pública e privada coexistem e há em equilíbrio entre conteúdos e audiências, sem limitar o mercado da Televisão pública a um nicho.

Um estudo da UER¹⁶, no entanto, concluiu que os países que têm serviços públicos de televisão fortes tendem a ter democracias mais saudáveis e com menos extremismos de direita, níveis mais elevados de liberdade de imprensa e de confiança nos *media* e maior controlo sobre a corrupção. (UER, 2016)

Importa, no entanto, salientar, que nem todos os autores vêem o Serviço Público de televisão como uma mais-valia. É o caso de Torres (2011) para quem a perda de audiências por parte dos canais generalistas (que se dispersaram para os canais temáticos do cabo e as plataformas de internet) e o custo para as contas públicas de manter um canal televisivo coloca em causa a sua necessidade, havendo outras

¹⁵ Referência ao Relatório proposto pelo ministro da presidência à época, Morais Sarmiento, para redefinir os conteúdos e obrigações do Serviço Público de Televisão, obrigando-o a apresentar boletins informativos gerais diários, a horas certas e com uma duração adequada. (Silveira e Shoemaker, 2010)

¹⁶ União Europeia de Radiodifusão

alternativas. A RTP dá voz ao poder político e aos governos desde a sua criação, quando foi o “megafone” da ditadura e ainda hoje é o “corredor do poder” político, o que explica o silêncio do debate sobre este serviço, mesmo quando os cidadãos manifestam o seu descontentamento. (Torres, 2011)

Independentemente da discussão sobre a importância de manter ou de reajustar os moldes em que funciona o Serviço Público de Televisão em Portugal, o seu escrutínio e estudo são uma boa forma de atestar o estado de “saúde” da RTP.

Com o surgimento da televisão privada em Portugal em 1992 iniciou-se um cenário concorrencial para a RTP e hoje por toda a Europa, de uma forma geral, as agendas públicas e privadas muitas vezes cruzam-se e o que poderá ser distinto é o tempo (e consequente valor) que se atribui a cada temática. (Medina e La Porte, 2010)

Na missão assumida pela RTP, enquanto rádio, televisão e plataformas digitais públicas, podem ler-se vários pontos entre os quais:

A RTP (...) é uma referência do audiovisual português e distingue-se pela qualidade e criação de valor da sua diversificada oferta. A capacidade para chegar a um vasto e heterogéneo público e cobrir alargados segmentos de população que impacta, são fatores indicativos da sua relevância para o desenvolvimento social, cultural e económico do país. A RTP é séria e rigorosa. A RTP informa, forma, entretém. (...) Tem um património de confiança e único que se materializa num arquivo de inigualável riqueza e importância histórica. (Site RTP, Missão)

Segundo o Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e de Televisão (site RTP, 2015 a)) assinado entre a RTP e o Estado Português, o serviço público é um imperativo constitucional que “deve ser independente do Governo e dos poderes públicos” (alínea B, p.1) e “deve assegurar o confronto das diversas correntes de opinião” (alínea D: 1). Além disso, “compete ao Estado assegurar a liberdade e a independência de todos os órgãos de comunicação social” (alínea C: 1), “observando os princípios da universalidade e da coesão nacional, da diversificação, da qualidade e da indivisibilidade da programação, do pluralismo e do rigor, da objetividade e independência da informação” (alínea D: 1 e 2). Segundo os seus princípios de atuação deve assegurar “uma informação precisa, completa, contextualizada e aprofundada, imparcial, aberta ao contraditório (...)” (alínea G: 9). Em suma, o serviço público deve “constituir uma referência para a população” (alínea BB: 5) que nela confia. E é nestas exigências fundamentais que reside a importância da pergunta de que parte este trabalho e que procura perceber, na prática, se a RTP cumpriu com esta responsabilidade de informar com rigor, fugindo ao sensacionalismo, evitando o pânico e promovendo a tranquilidade necessária.

Em linha com os pressupostos apresentados na sua missão, com a Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido e com o contrato de concessão, a RTP tem obrigações que a distinguem dos demais canais televisivos com os quais coabita num ambiente de concorrência de mercado.

2. Objetivos da Pesquisa

Partindo do princípio de que todo o discurso jornalístico é uma construção que respeita critérios e linhas orientadoras e que provoca um determinado efeito, este trabalho procura compreender as opções discursivas da RTP1 em possíveis ataques terroristas em território nacional, através destas três notícias representativas (cada uma correspondente a um dos anos em análise) – que vieram todas a revelar-se falso alarme – é o principal objetivo deste trabalho.

Para isso, vamos localizar, do universo de todas as notícias dadas por meios de comunicação portugueses sobre estas temáticas, quais os que foram noticiados pela RTP. E dos três casos escolhidos, procura-se compreender em concreto, qual a importância dada ao tema (em que posição do telejornal apareceu, quantas vezes foi dada a notícia e em quantos telejornais¹⁷ foi mencionada; quais foram as opções técnicas ao dar a notícia (última-hora, direto com reportagem no local, breve, entrevista, etc.); qual o mote noticioso dado a estes eventos (quais os contextos e origens do ataque noticiado, as temáticas abordadas e a ordem das mesmas); quais as fontes usadas e os atores sociais mencionados; se houve ou não relação a outros eventos terroristas (como forma de contexto ou reforço da preocupação e noção de risco latente); qual foi a retórica predominante (mais informativa e contextualizadora ou mais alarmista e emocional); qual foi o tom discursivo dos jornalistas, e dos entrevistados; qual o léxico que se destaca (quais as expressões, verbos e tempos verbais predominantes); quais as estratégias linguísticas usadas para reforçar o discurso (figuras de estilo, recurso a números); e qual o enquadramento visual predominante.

Por fim, tentaremos ainda compreender se o enquadramento mediático da RTP1 foi o expectável de um canal público e se houve, ao longo dos três anos em análise e com a progressiva perda de força do ISIS na Europa a partir de 2016¹⁸, alguma evolução do discurso mediático da RTP1 sobre estes temas. Este estudo procura ainda compreender qual foi o posicionamento da RTP1 e se sempre se manteve fiel à sua linha editorial nestes momentos em que há um risco de possível Pânico Moral, sabendo de antemão que o “sensacionalismo vende”. (Davis, 2017)

3. A análise de conteúdo e a análise de discurso enquanto metodologias

3.1) Justificação da ferramenta de análise

Do universo de metodologias às quais é possível aplicar o estudo dos *media*, tendo esta análise o objetivo de estudar os discursos e enquadramentos dados pelo canal público de televisão a estes de alegados atos

¹⁷ Por “Telejornal” entende-se um jornal no formato televisivo, ainda que, no caso da RTP1, “Telejornal” seja o nome apenas do segmento jornalístico da noite (a partir das 20h).

¹⁸ Ver capítulo I (subcapítulo 2.1) O terrorismo no séc. XXI – Contextos e consequências.

terroristas (todos vieram a confirmar-se falso alarme), tomou-se a decisão de escolher a que melhor cumpre a função de analisar fundamentos e significados discursivos, bem como responder às hipóteses acima propostas, um método misto entre Análise de Conteúdo e Análise do Discurso.

Não existe um consenso na comunidade científica sobre se este método é quantitativo - como defende Neuendorf, para quem a análise de conteúdo é exclusivamente quantitativa, sistemática e objetiva e “inclui a análise computacional do uso das palavras nos discursos mediáticos”. (Neuendorf, 2002:1 *apud* Goldstein, 2015:18) – ou uma mistura entre o método qualitativo e quantitativo – como defendem Quivy e Champenhoudt (2005) ao afirmarem que a análise de conteúdo pode ser quantitativa (quando se analisa uma amostra grande e se tiram conclusões relativas à frequência de certas características do conteúdo em estudo ou a relação entre elas) ou qualitativa (quando se analisa intensivamente uma amostra reduzida e se tiram conclusões sobre os elementos e características do conteúdo e a sua articulação com o discurso). Ainda assim, as fronteiras entre os dois métodos não são claras e os dois podem coexistir, como acontecerá neste estudo, que procura ancorar-se nas duas técnicas.

A análise de conteúdo parte do princípio de que as amostras têm de ser analisadas com “processos técnicos precisos (...) e métodos construídos e estáveis, que permitam ao investigador uma interpretação que não tome como referência os seu próprios valores e representações”. (Quivy e Champenhoudt, 2005: 226)

Segundo Quivy e Champenhoudt (2005: 226 e 227), esta análise tem como fontes a “escolha, a frequência e a disposição dos termos usados pelo locutor” da mensagem e materializa-se em Análises Temáticas (Análise Categorical: que calcula e compara quantitativamente características e as agrupa em temáticas e tem por base a ideia de que quanto mais uma característica se repete maior a importância que o locutor lhe atribui; e Análise de Avaliação: que calcula a frequência, a intensidade e o posicionamento dos juízos formulados pelo interlocutor); Análises Formais (Análise da Expressão: que avalia a forma como a ordem das palavras, as hesitações, o vocabulário, etc. podem dar informações sobre o estado de espírito ou posicionamento do locutor; e a Análise da Enunciação que vê o discurso como um todo e dá significado ao seu desenvolvimento, à ordem das sequências, às repetições, etc.) e as Análises Estruturais (Análise da Co-ocorrência: que estuda as relações entre as temáticas reveladoras das estruturas mentais e das preocupações do locutor; e a Análise Estrutural: que estuda a estrutura do discurso independentemente do conteúdo para o tornar inteligível). A análise de conteúdo tem as grandes vantagens de: “tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade” (Quivy e Champenhoudt, 2005:227), usar objetos de estudo metódicos e sistemáticos e permitir estudar, com distanciamento, recorrendo a critérios sobre a organização interna do discurso, o que não é dito mas está implícito. (Quivy e Champenhoudt, 2005) Neste estudo optou-se por usar várias destas análises, com especial destaque para as Análises: Categorical da Expressão e da Enunciação.

No que diz respeito à operacionalização da teoria, Macnamara (2005) destaca alguns dos elementos tipicamente estudados pela análise de conteúdo:

“Os adjetivos usados nas descrições (positivos e negativos) que fornecem indicadores fortes da atitude do locutor (...); Metáforas e comparações; O facto de os verbos se encontrarem na voz ativa ou na voz passiva; o ponto de vista do narrador (se fala na primeira ou na segunda pessoa); questões de tom (...), As dualidades estabelecidas e como se posicionam; A componente visual; factores de contexto, como a credibilidade do locutor ou das fontes usadas.” (Macnamara, 2005:17)

Para Weber, uma das finalidades da análise de conteúdo é “identificar as intenções e outras características do comunicador, (bem como) descrever tendências do conteúdo comunicacional” (Weber, 1990:9) e esta tem em conta quatro aspetos-chave: a medição – das grandes características que definem o texto, transformando-as em percentagem e reduzindo a complexidade e tamanho do texto em estudo; a indicação – que a partir dos números medidos infere as qualidades e características presentes no texto; a representação – que descreve os aspetos pragmáticos, sintáticos e semânticos dos textos; e a interpretação – que traduz os significados presentes no texto de forma teórica e analítica. (Weber, 1990).

Considerando que a amostra é reduzida e focada e que se procura fazer um trabalho de análise mais detalhado achou-se produtivo incluir a Análise Crítica do Discurso (ACD) enquanto método complementar, para aprofundar o estudo de cada um destes casos.

A análise Crítica do Discurso tem este nome por ter na sua base os princípios da teoria crítica, uma vez que questiona a sociedade como um todo e “desmistifica” as ideologias dominantes e o poder através do estudo de dados semióticos verbalizados, escritos ou visualmente representados. (Wodak e Meyer, 2008)

Este método contribui com inputs de contexto que vão além do texto - do que é dito – e que considera também o contexto social em que os discursos são produzidos (explorado acima. Ex: Sociedade em rede, crise do jornalismo, e força do terrorismo) e do qual não podem ser separados, os seus enquadramentos, significados e construções ideológicas.

Na análise do discurso jornalístico temos de ter em conta que este reproduz significados e consensos e que todos transmitem ideologias tipicamente não explícitas nos casos em estudo, por se tratar de trabalhos jornalísticos. (Carvalho, 2015) As correntes pragmáticas que marcam a análise do discurso na atualidade definem-no como: “interativo, contextualizado, assumido (relativo a uma instância que é a sua fonte), regido por normas e assumido num interdiscurso” (Charaudeau e Maingueneau, Dominique, 2004: 170- 172).

Se o discurso jornalístico é uma construção, como visto acima, o grande princípio na base desta análise é o enquadramento (*framing*) noticioso que diz respeito às opções discursivas foram tomadas - a escolha de determinados temas e factos em detrimento de outros – e às razões dessas escolhas.

O poder dos *media* advém da necessidade que as pessoas têm de saber e é reforçado pela sensação de onnipresença das mensagens mediáticas nos mais diversos canais de *media*, pela consonância de temáticas e enquadramentos do mundo entre os diferentes *media* e pela acumulação ou repetição de mensagens semelhantes. (Noelle-Neumann, 1973,1981 apud Johnson-Cartee) este poder mediático reflete-se sobretudo na sua “capacidade de atrair e direcionar a opinião pública, de persuasão ao nível das opiniões e crenças, de influência nos comportamentos, de estruturar as definições da realidade, de conferirem status e legitimarem, de informar de forma rápida e extensiva.” (McQuail, 1994:69 apud Johnson-Cartee, 2005: 14).

T.E. Nelson, Clawson, and Oxley, 1997:567 (apud Johnson-Cartee, 2005: 14) definem *framing* como “o processo através do qual uma fonte de comunicação (...) define e constrói um tema político ou uma controvérsia pública”. Se o agenda-setting se preocupa com a priorização das temáticas, o enquadramento mediático tem em conta o efeito dos conteúdos difundidos nas audiências. (Johnson-Cartee, 2005) “Ao enquadrar os assuntos políticos e sociais de formas específicas, as organizações de *media* declaram as causas e consequências de um problema e estabelecem critérios de avaliação de potenciais soluções para o problema” (T.E. Nelson, Clawson, and Oxley, 1997:567 apud Johnson-Cartee, 2005: 25-26).

Carvalho (2015) considera o enquadramento uma forma de descrever uma realidade não intencional porque todas as temáticas noticiadas têm, sempre um enquadramento, uma atribuição de responsabilidade, um ângulo. O enquadramento tem em conta a seleção e exclusão de conteúdos num determinado discurso, bem como a organização desses elementos no texto (Carvalho, 2000) Charaudeau e Maingueneau (2004) Definem Enquadramento em análise do Discurso como um conceito com três interpretações sendo a mais comum “a maior ou menor valorização de certos “dados” pelos locutores”; a segunda o peso do recetor, uma vez que a mesma mensagem pode ser assimilada de forma diferente consoante os seus públicos; e a terceira diz respeito a uma técnica de argumentação a dois níveis que primeiro enquadra e depois reforça com associações e em que os dados se apresentam como “uma preparação para o raciocínio que, mais do que uma colocação dos elementos, já constitui um primeiro passo em sua utilização persuasiva” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1970: 87 apud Charaudeau e Maingueneau, 2004: 191 - 192).

“A primeira dimensão, o frame, é primeiramente cognitivo na sua natureza e contém informação sobre a estrutura e os parâmetros gerais do objeto que se está a considerar. A segunda dimensão, o tom, é primeiramente afetiva e representa as emoções associadas ao objeto.” (M. R. Just, Crigler, Neuman 1996: 133)

Além da interdiscursividade acima referida, um dos recursos discursivos estudados por esta análise é a Intertextualidade:

“A natureza histórica do discurso é uma das suas características mais fundamentais (da ACD). Qualquer texto é sempre construído sobre os anteriores, reproduzindo ou questionando discursos anteriores. Fairclough (1995) e outros têm conceptualizado essas relações como intertextualidade.” (Carvalho, 2015:179)

A polifonia é outros dos conceitos muito explorados pelos analistas do discurso e, embora tenha as mais diversas interpretações, refere-se às:

“formas de discurso citado (ou representado)”, as diferentes vozes que se identificam num discurso: “pontos de vista, enunciadores, a negação e, na tradição bakhtiniana, diz respeito às múltiplas relações que mantêm autor, personagens, vozes anônimas (o “diz-se”), diferentes níveis estilísticos etc.” (Charaudeau e Maingueneau, 2004: 383-384)

Por fim, O discurso jornalístico cruza-se com alguns tipos de discurso linguístico e literário. O realismo, é uma forma do discurso literário frequentemente usada no discurso jornalístico. Para a criação de um “efeito de real” recorre-se a “descrições, uma observação desapassionada e aparentemente desinvestida de emoções e preconceitos, uma atenção às pessoas e aos seus ambientes pautada por distanciação e respeito, a assunção de um lugar mediador e discreto do enunciador.” (Ponte, 2004:26) A ideia do jornalismo como “espelho da vida”, “que tem os acontecimentos como matéria-prima”, a separação entre jornalismo e comentário (dimensão axiológica) e a escolha dos factos relatados associada ao formato reportagem (dimensão instrumental) dão força a este posicionamento do jornalismo como fonte de verdade e de real. (Ponte, 2004)

Ainda que seja questionada por alguns teóricos pela sua tendência para o enviesamento ou comprometimento ideológico (Tyrwhitt-Drake, 1999 Apud Cardoso) esta tendência é o complemento ideal para a análise de conteúdo que faremos neste estudo.

A mistura de métodos de natureza quantitativa e qualitativa que foi aplicada neste estudo tem a vantagem de conseguir o melhor de dois mundos: de um lado, uma técnica dedutiva sistematizada e altamente fiável, que chega a resultados universalizáveis e de outro, uma técnica indutiva que permite interpretações (subjéctivas mas fundamentadas e olhadas com distanciamento) muito mais distintas, que analisa os conteúdos à luz dos contextos e permite concluir sobre o que poderá ter estado na base de escolha do enquadramento dado pelos locutores e chegar a resultados mais interessantes quando a temática em estudo é o discurso mediático.

3.2) A Análise aplicada ao Discurso Televisivo

O conteúdo televisivo distingue-se pela sua natureza audiovisual. Quando estudamos as suas mensagens temos de ter em conta os discursos, o tom, a imagem e a relação entre as três. O enquadramento jornalístico depende destas três variáveis e neste trabalho em concreto procurará distinguir-se entre “o

enquadramento informativo” e o “enquadramento alarmante” para avaliar as peças de telejornal em análise.

“Ao investigador que analise o serviço informativo de um canal de televisão de serviço público coloca-se naturalmente a questão da sua diferenciação, face aos canais privados.” (Silveira e Shoemaker, 2010:215) Partindo deste princípio de diferenciação dos conteúdos, este trabalho pretende aplicar técnicas sistemáticas de análise de conteúdo ao caso RTP1. Para isso, recorreremos a tabelas que agruparão a informação por categorias para identificar as características que melhor definem estas peças de telejornal. Pretende-se dividir a análise em 3 tabelas (Análise Genérica, Análise Discursiva e Análise Linguística), para se compreender o que é dito, a forma como é dito e que conclusões se podem tirar desses dados.

De entre os modelos enunciativos que se destacam nos telejornais, vamos procurar compreender qual o usado nestas peças; são eles: o generalista-objetivo (no qual os conteúdos se focam na informação e o papel dos jornalistas é secundário – cumpre meramente a função de ordenar as peças informativas e os telespectadores têm a impressão de estar a viver o acontecimento) e o interpretativo-explicativo (no qual os conteúdos se focam no direto, no repórter e na interpretação que oferecem sobre os vários objetos noticiados). (Simonelli apud Silveira e Shoemaker, 2010)

Importa ainda salientar que esta análise não tem a pretensão de concluir sobre os efeitos dos *media* nos alegados atentados de bomba em Portugal, no entanto, entende-se que todo o discurso tem significados e consequências e, no fim desta análise, poderão lançar-se novas hipóteses para o impacto social dos casos em estudo, que será de potencial interesse para futuros trabalhos académicos.

4. Objeto de Estudo e Definição da Amostra em Análise

Além de ser um meio rico ao nível das possibilidades de conteúdos, e das várias plataformas em que pode ser consumido, a televisão foi o meio escolhido pela sua penetração muito clara na sociedade portuguesa e no consumo de notícias em Portugal, nos 3 anos em estudo (ver capítulo I, ponto 3).

A escolha teve também por base razões práticas: não é possível estudar estas notícias no formato jornal físico porque muitas delas não chegaram sequer aos meios em papel – foram notícias isoladas até as autoridades confirmarem que não passaram de falsos alarmes; estudar os meios *online* teria também uma limitação, uma vez que em muitos casos as notícias foram sendo atualizadas e já não teríamos uma amostra representativa para estudar o comportamento dos *media* nos exatos momentos em que é divulgada a notícia. Assim, entre a televisão e a rádio optou-se pela primeira, dada a sua importância no consumo de notícias em Portugal. Sendo objetivo deste trabalho estudar os conteúdos e enquadramentos divulgados pelo canal público de televisão, escolheu-se a RTP1 por ser o canal generalista preferido dos portugueses para ver notícias nos anos em análise. Importa referir, para estudos posteriores, que uma

análise comparativa com outros canais seria igualmente interessante para perceber se existem diferenças significativas relativamente ao discurso dos canais privados – que, grosso modo, vivem das audiências e trabalham com diferentes estratégias para o conseguir.

Os anos escolhidos foram 2015, 2016 e 2017, uma vez que foram os anos em que houve mais atentados na Europa reclamados pelo ISIS e os mais dramáticos no que respeita ao número de vítimas mortais, e ao número de detenções¹⁹, mas também pelo número de notícias sobre estes temas em Portugal, em particular por parte da RTP1 (que desceu em 2018²⁰).

Do universo de notícias de alegadas ameaças terroristas em Portugal dadas pela RTP1, optou-se por aquelas que, de alguma forma, o canal mais valorizou em cada ano. Embora todos os anos em estudo tenham tido números diferentes de notícias sobre estas temáticas, 2016 é o único ano que se destaca dos demais (foram encontradas 11 notícias de ameaças terroristas em Portugal que se revelaram falso alarme e 5 noticiadas pela RTP, 3 das quais na RTP1), nos restantes anos foram identificadas 4, 3 das quais noticiadas pela RTP e 2 pela RTP1 (2015), em 2017 5 das quais 4 noticiadas pela RTP e 2 pela RTP1 e, em 2018, encontraram-se 8, 2 noticiadas pela RTP e nenhuma pela RTP1. Optou-se por deixar o ano de 2018 de fora desta análise, uma vez que, neste ano, nenhuma notícia foi encontrada em telejornais nem da RTP1 nem da RTP3, apenas no *site* da RTP.

Procurou-se selecionar uma amostra representativa de entre as diversas notícias de possíveis ataques noticiados pela RTP1. As notícias escolhidas em cada ano foram aquelas a que a RTP1 atribuiu maior relevância, quer ao nível do tempo dedicado à peça de telejornal, quer ao seu conteúdo. O critério de escolha foi o facto de a notícia ter sido dada antes da confirmação do falso alarme, uma vez que é nestes momentos que mais se pode avaliar a posicionamento jornalístico perante um possível ato terrorista. A exceção foi o ano de 2017, em que não se verificou nenhuma notícia dada antes do falso alarme e que serve, neste trabalho para compreender as diferenças entre os dois casos, bem como a razão de ter ido para o ar, mesmo quando a ameaça já não era real. Assim, a nossa amostra serão as alegadas ameaças de bomba na ponte 25 de Abril (2015) e junto à Estação do Metropolitano de Entrecampos (2016), e a confirmação de um falso alarme de bomba no Aeroporto de Lisboa (2017).

Importa ainda salientar que, embora circunscritos no tempo, muitos destes episódios foram novamente noticiados mais tarde pela RTP1 a propósito das investigações dos casos (houve notícias acerca das investigações e das detenções e penas aplicadas sobre os responsáveis por lançar o falso alarme), que não estão contempladas na amostra em estudo.

¹⁹ Ver ANEXO B

²⁰ Ver Quadro 1

Tendo em conta as abordagens propostas por Quivy e Champenhoudt, (2005), verifica-se que a análise categorial²¹ é a metodologia mais usada em análise de conteúdo – e foi uma das metodologias adotadas neste trabalho - mas cuja aplicação, segundo os autores, tem a fragilidade de poder ser simplista para se tirar conclusões aprofundadas. Necessita, assim, de outros complementos metodológicos, como procurou fazer-se neste estudo. (Quivy e Champenhoudt, 2005)

Embora o discurso seja sempre estratégico e tenha efeitos distintos, como já vimos, optou-se por excluir a análise do discurso por estar menos preocupada com aquilo que é dito e mais com os objetivos e efeitos do que é dito. Assim, optou-se pela análise de conteúdo, por ser a mais sistematizada e restrita ao que é dito e à forma como é dito.

Apesar de existirem algumas limitações associadas a este método, a Análise de Conteúdo é a ferramenta mais adequada para este estudo, uma vez que codifica, clarifica e explica uma realidade até aqui por estudar e que tem relevância, significados e impactos, mesmo estando sempre no domínio de alegados ataques e, todos eles, terem sido falso alarme.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DAS EMISSÕES DE TELEJORNAL DA RTP1 NA COBERTURA DOS ALEGADOS ATENTADOS DE BOMBA EM PORTUGAL ENTRE 2015 E 2017

Para compreender a amostra em estudo realizou-se o levantamento de todas as notícias sobre alegados atentados terroristas (todos falsos alarmes) em Portugal²² (entre 2015 e 2018), anos em que o nosso país ficou marcado por vários destes eventos (em particular durante o ano de 2016, onde foram encontradas 11 referências a notícias de atentados que se verificaram falso alarme). De seguida, procurou-se compreender quais foram cobertas pela RTP como um todo (canais televisivos e *website*). e quais foram cobertas apenas pelo canal em estudo, RTP1, a fim de aferir a relevância que estas notícias tiveram, para o canal, mesmo quando não chegaram a nenhum dos telejornais da RTP1. O levantamento de todas as notícias que a RTP publicou foi feito com recurso ao website da RTP (<https://www.rtp.pt/>) através do RTP Play e dos arquivos online do canal e todas as notícias que a RTP transmitiu estão devidamente assinaladas.

Quadro 1: Levantamento de todas as notícias sobre alegados atentados terroristas em Portugal (Entre 2015 e 2018) e a relevância dada pela RTP a cada um deles

2015	2017
4 Notícias identificadas	5 Notícias identificadas

²¹ Análise explicada no sub-capítulo 2.1

²² Ver Quadro 1

3 Noticiadas pela RTP
<u>Data:</u> 10 de janeiro 2015 <u>Local:</u> Rio Maior <u>Evento:</u> ameaça de bomba em supermercados <u>Noticiado:</u> RTP Informação e <i>site</i> da RTP
<u>Data:</u> 4 de maio 2015 <u>Local:</u> Ponte 25 Abril <u>Evento:</u> Pacote suspeito <u>Noticiado:</u> RTP1, RTP Informação e <i>site</i> da RTP
<u>Data:</u> 7 de abril 2015 <u>Local:</u> Estação fluvial do Terreiro do Paço <u>Evento:</u> Suspeita de bomba <u>Noticiado:</u> RTP1 e <i>site</i> da RTP
<u>Data:</u> 1 de setembro 2015 <u>Local:</u> Palácio da justiça no Porto <u>Evento:</u> Ameaça de bomba

4 Noticiadas pela RTP
<u>Data:</u> 5 de janeiro 2017 <u>Local:</u> Largo do Carmo em Lisboa <u>Evento:</u> ameaça de bomba <u>Noticiado:</u> RTP3 e <i>site</i> da RTP
<u>Data:</u> 17 março 2017 <u>Local:</u> Gare do Oriente em Lisboa <u>Evento:</u> Mala abandonada <u>Noticiado:</u> <i>site</i> da RTP
<u>Data:</u> 19 abril 2017 <u>Local:</u> Porto <u>Evento:</u> Objeto estranho obriga a evacuar rua <u>Noticiado:</u> RTP1 e <i>site</i> da RTP
<u>Data:</u> 29 de maio 2017 <u>Local:</u> Aeroporto Humberto Delgado em Lisboa <u>Evento:</u> Mala suspeita <u>Noticiado:</u> RTP1 e <i>site</i> da RTP
<u>Data:</u> 30 de agosto 2017 <u>Local:</u> Estação de Metro Aeroporto de Lisboa <u>Evento:</u> Ameaça de Bomba

2016
11 Notícias identificadas 5 Noticiadas pela RTP
<u>Data:</u> 2 de fevereiro 2016 <u>Local:</u> Aeroporto de Faro <u>Evento:</u> Ameaça de bomba em avião <u>Noticiado:</u> RTP1 e <i>site</i> da RTP
<u>Data:</u> 22 de fevereiro 2016 <u>Local:</u> Estação de Sete Rios <u>Evento:</u> Mochila suspeita
<u>Data:</u> 2 de março 2016 <u>Local:</u> Trafaria <u>Evento:</u> Mala suspeita
<u>Data:</u> 23 de março 2016 <u>Local:</u> Estação de Entrecampos <u>Evento:</u> Ameaça de bomba <u>Noticiado:</u> RTP1, RTP3 e <i>site</i> da RTP
<u>Data:</u> 5 de abril 2016 <u>Local:</u> Praia de Leiria <u>Evento:</u> Suspeita de "Bomba"
<u>Data:</u> 15 de julho 2016 <u>Local:</u> Sede do PS em Lisboa <u>Evento:</u> Mala suspeita
<u>Data:</u> 10 de setembro 2016 <u>Local:</u> Praia da Mata na Costa da Caparica <u>Evento:</u> Descoberta de granada em caixote do lixo

2018
8 Notícias identificadas 2 Noticiadas pela RTP
<u>Data:</u> 16 de fevereiro 2018 <u>Local:</u> Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis <u>Evento:</u> Ameaça de Bomba
<u>Data:</u> 4 de abril 2018 <u>Local:</u> Faculdade de Engenharia do Porto <u>Evento:</u> Pacote suspeito
<u>Data:</u> 10 de abril 2018 <u>Local:</u> Queluz <u>Evento:</u> Ameaça de bomba
<u>Data:</u> 15 de abril 2018 <u>Local:</u> Guarda <u>Evento:</u> Ameaça de bomba em supermercado <u>Noticiado:</u> <i>site</i> da RTP
<u>Data:</u> 1 de junho 2018 <u>Local:</u> MAAT em Lisboa <u>Evento:</u> Ameaça de bomba
<u>Data:</u> 4 de junho 2018 <u>Local:</u> Museu de Serralves no Porto <u>Evento:</u> Ameaça de bomba
<u>Data:</u> 12 de setembro 2018 <u>Local:</u> Junta de Freguesia de Benavente <u>Evento:</u> Ameaça de bomba

<u>Noticiado: Site da RTP²³</u>
<u>Data:</u> 10 de setembro 2016
<u>Local:</u> Alcobaça
<u>Evento:</u> Suspeita de bomba encerra discoteca
<u>Data:</u> 12 de outubro 2016
<u>Local:</u> Campus de Justiça em Lisboa,
<u>Evento:</u> Ameaça de bomba
<u>Data:</u> 24 de novembro 2016
<u>Local:</u> Conservatória de Lisboa
<u>Evento:</u> Pacote suspeito
<u>Noticiado:</u> RTP1 e site da RTP
<u>Data:</u> 24 de dezembro 2016
<u>Local:</u> Alcobaça
<u>Evento:</u> Ameaça de bomba
<u>Noticiado:</u> site da RTP

<u>Data:</u> 16 de setembro 2018
<u>Local:</u> voo entre Porto Santo e Madeira
<u>Evento:</u> Ameaça de bomba
<u>Noticiado:</u> RTP Madeira
<u>Data:</u> 09 de novembro 2018
<u>Local:</u> Praça do comércio em Lisboa
<u>Evento:</u> Pacote suspeito

Quadro 2: Análise Global das Peças

RTP1	2015	2016	2017
Telejornal em análise	(04/maio/2016) Telejornal (20h)	(23/março/2016) Telejornal (20h)	(30 maio/2017) Jornal da Tarde (13h)
Outros Telejornais da RTP1 que deram a notícia	05/maio/2017: Telejornais Bom dia (6h – 10h) Jornal da Tarde (13h)	--	30/maio/2017: Telejornais Bom dia (6h – 10h)
Minuto em que a peça foi posicionada	5 peças: • 1ª: 20:00:46 • 2ª: 20:14:41 • 3ª: 20:22:14 • 4ª: 20:35:55 • 5ª: 20:51:49	20: 25:29	20: 08:51
Tempo (min) da peça total	5 peças: • 1ª: 00:00:02 • 2ª: 00:00:55 • 3ª: 00:02:16 • 4ª: 00:03:51 • 5ª: 00:00:56	00:02:11	00:01:90
Quando foi dada a notícia?	Antes da confirmação do falso alarme	Antes da confirmação do falso alarme	Depois da confirmação do falso alarme
Direto no local?	Sim	Sim	Não
Formato	Reportagem com direto no local	Reportagem com direto no local	Reportagem no local
Repórter no local?	Sim	Sim	Sim
Figuras de autoridade entrevistadas ²⁴	Não	Não	Sim: Hugo Pimentel - Comissário da PSP
Entrevistas a testemunhas	Não	Não	Sim
Tematização (por ordem na cada peça)	1. Bloqueio da ponte/ trânsito (automóvel e ferroviário) cortado / Tabuleiro vazio	1. Trânsito encerrado em Entrecampos	1. Uma mala abandonada levou ao isolamento da área das chegadas, o que

²³ Foi também noticiado nas notícias de rodapé da RTP3, embora não tenha sido feita qualquer peça de telejornal sobre o tema.

²⁴ Consideram-se operacionais, forças de segurança ou responsáveis políticos.

	<ol style="list-style-type: none"> 2. Encontrado objeto suspeito não identificado por volta das 19h 3. A Brigada de Inativação de Explosivos já se encontra no local a tentar dismantelar o pacote suspeito 4. Percursos alternativos para os automóveis desviados 5. Expectativa de se vir a esclarecer o sucedido 6. Dificuldade em obter mais informações 7. Última peça: situação normalizada e trânsito restabelecido 	<ol style="list-style-type: none"> 2. Encontrado objeto suspeito (um saco preto) junto a uma paragem de autocarro 3. A Brigada de Inativação de Explosivos já se encontra no local 4. Alerta dado à PSP pelas 18h 5. Criado um perímetro de segurança 6. Dificuldade em chegar ao local para captar o que se passa 7. A PSP não presta declarações 	<p>provocou alguns constrangimentos</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. A PSP acabou por fazer um rebentamento controlado depois de não conseguir identificar o proprietário 3. O normal funcionamento do aeroporto foi retomado perto das 00h e a mala continha apenas peças de roupa
Tematização (por ordem na cada peça)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Constrangimentos: trânsito cortado 2. Referência ao Objeto (suspeito) abandonado (por volta das 19h) 3. Brigada de Inativação de explosivos no local 4. Soluções: Percursos alternativos para os automóveis desviados 5. Dificuldade em obter mais informações 6. Última peça: situação normalizada e trânsito restabelecido 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Constrangimentos: trânsito cortado 2. Referência ao Objeto (saco preto) abandonado (por volta das 19h) 3. Brigada de Inativação de explosivos no local 4. Dificuldade em obter mais informações (A PSP não presta declarações) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Referência ao objeto (mala abandonada) (perto das 00h) 2. Constrangimentos: zona das chegadas do aeroporto encerrada 3. Brigada de Inativação de explosivos no local (efetuou um rebentamento controlado) 4. Confirmação do falso alarme (o funcionamento do aeroporto foi retomado)

Quadro 3: Análise Discursiva

RTP1	2015	2016	2017
O que é que faz notícia?	A Ponte 25 de Abril está bloqueada e o trânsito foi cortado porque se encontrou um objeto suspeito não identificado na Ponte 25 de Abril	Trânsito cortado por causa de um objeto abandonado junto à rotunda de Entrecampos	Mala abandonada levou ao isolamento da zona das chegadas, o que provocou constrangimentos. A PSP efetuou um rebentamento controlado.
Discurso Mediático (tom e observações)	Frases curtas e tom de “última-hora”, algo alarmante	Discurso Incisivo claro e informativo sem sobressaltos	Discurso Incisivo claro e informativo sem sobressaltos
Discurso dos entrevistados	Não Foram realizadas entrevistas	Não Foram realizadas entrevistas	PSP: Esclarecedor e tranquilizador Testemunhos: Reforço da ideia de constrangimentos e queixas por não terem sido informados
Atores sociais ²⁵ mencionados no discurso mediático	Brigada de Inativação de Explosivos da PSP	Brigada de Inativação de Explosivos da PSP (Um elemento da PSP e um cão)	Comissário da PSP
Origem da notícia (Especificação do objeto que lança o alarme)	Objeto suspeito não identificado encontrado junto ao quarto pilar da Ponte 25 de Abril	Saco preto deixado junto à rotunda de entrecampos	Mala abandonada na zona das chegadas do Aeroporto de Lisboa

²⁵ Consideram-se figuras políticas ou autoridades

Fontes da informação jornalística	Não mencionadas	PSP	PSP
-----------------------------------	-----------------	-----	-----

Quadro 4: Análise Linguística

RTP1	2015	2016	2017
Léxico usado predominantemente	“O quarto pilar da Ponte 25 de Abril”; “Trânsito bloqueado”; “Objeto suspeito não identificado”; “Brigada de Inativação de explosivos da PSP”; “Acesso Norte”; “Percurso alternativo”; “Imagem do momento”	“PSP”; “Trânsito cortado”; “objeto abandonado”	“Rebentamento controlado”; “Constrangimentos”; “mala abandonada”; “PSP”; “Isolamento da área das chegadas”
Número de vezes que se usou a expressão “bomba”, “explosivo”	1x: “qualquer explosivo que eventualmente ali esteja”; 2x: “Brigada de Inativação de Explosivos da PSP”	1x: “uma equipa de inativação de explosivos”	1x: “suposta ameaça de bomba”
Ponto de vista do narrador	1ª pessoa: “Vemos ali”. 2ª pessoa: “Álvaro, a minha pergunta é (...)” 3ª pessoa: “A brigada da PSP já se encontra no local”	1ª Pessoa: “Também nos disseram” 2ª Pessoa: Carolina, o que se passa? 3ª pessoa: “A PSP encerrou o trânsito”	3ª pessoa: “A PSP efetuou (...)”
Tempo verbal predominante	Presente	Presente	Pretérito perfeito
Afirmações de precisão	“Neste momento”; “Quarto pilar da ponte”	“Por volta das 18h da tarde”; “mais precisamente numa paragem de autocarro”	“Perto das 22h da noite”
Figuras de estilo utilizadas	Não verificado	Não verificado	Não verificado
Sobrelexicalização da ideia de “Perigo e incerteza”	“O objeto é considerado muito suspeito”; “Objeto suspeito não identificado”; “Bloqueado”; “Objeto estranho”; “Luzes intermitentes”	“O trânsito está cortado”; “(Disseram-nos que) por razões de segurança, devíamos manter-nos nesta zona”; “A PSP não presta quaisquer declarações”	Testemunhas: “Suposta ameaça de bomba”; “Confusão”; “Alvoroço”
Sobrelexicalização da ideia de “segurança e tranquilidade”	“Nas próximas horas poderá esclarecer-se esta situação”; “Desmantelar este pacote”; Está a normalizar-se”; “Trânsito a ser restabelecido”	“Perímetro de segurança”	“Rebentamento controlado”; “Normal funcionamento foi retomado”
Expressões que provam ou reforçam o que é dito e a importância da notícia	“Regressamos à notícia de abertura”; “Como vemos” (3x); “Vemos” (5x); “E voltamos à Ponte”; “Imagens da RTP em direto e que mostram, justamente...”; “Como disse/como dissemos” (4x)	“Verão”; “Como disse”; “Também nos disseram”; “Mais precisamente”	Não verificado

1) EVENTOS

1.1) PACOTE SUSPEITO NA PONTE 25 ABRIL: 04 DE MAIO DE 2015

Um objeto suspeito não identificado, deixado na Ponte 25 de Abril por volta das 18h50, levou ao encerramento do trânsito automóvel e ferroviário nos dois sentidos.

Dos três em estudo, este foi o caso a que a RTP1 deu maior importância, com o telejornal a ser interrompido cinco vezes para se mostrarem imagens das câmaras de vigilância da ponte (nas duas primeiras peças) e fazerem diretos no local (nas terceira e quarta peças) até à confirmação do falso alarme (na quinta peça), num total de 00:08:44 dedicados à notícia. Este acontecimento marcou o telejornal da noite no dia 4 de maio de 2015: foi notícia de abertura, foi lançada como sendo de “última-hora”, teve um repórter e uma equipa de filmagem no local e, pelas sucessivas interrupções do telejornal, pode ser considerada a notícia mais importante da noite informativa.

O principal foco da notícia foi o encerramento da ponte e todos os constrangimentos que isso provocou, embora o que se sabia sobre o objeto encontrado também tenha sido mencionado. Propomos que há duas razões que poderão explicar o facto de a notícia se ter focado nas consequências da possível bomba e não tanto no “objeto suspeito não identificado”: porque era o mais evidente e possível de provar e porque havia mais informações a dar sobre o trânsito cortado e os percursos alternativos que foram criados, do que sobre o possível explosivo, ou seja, esta era a informação mais “noticiável” ou para evitar um alarme possivelmente desnecessário.

Do ponto de vista visual, a peça jornalística ficou marcada pelas imagens da Ponte 25 de Abril com luzes intermitentes (da atividade da polícia) e imagens do trânsito automóvel intenso, parado e, quando possível, a ser reconduzido para percursos alternativos.

Verificamos ainda que a sobrelexicalização de perigo e incerteza é equilibrada com a informação de que a PSP já se encontra no local a resolver o problema e a expressão de que a situação estará resolvida “nas próximas horas”. A constante repetição dos discursos das várias peças (que iam acrescentando pouca informação nova às anteriores) fez com que tivessem sido usadas várias expressões de reforço e prova do que é dito como “como vemos” ou “e voltamos à ponte”.

O objeto que gerou alarme foi referido como “objeto suspeito não identificado” e foi várias vezes precisado que se encontrava “junto ao quarto pilar da ponte”, os constrangimentos (“trânsito cortado”) e as soluções (“percursos alternativos”), foram também bastante repetidos.

A especificidade “junto ao quarto pilar da Ponte” e as imagens reais, inicialmente das câmaras de vigilância e posteriormente da equipa em direto, tornam este caso um exemplo de discurso realista aplicado ao jornalismo. Expressões como “como vemos”; “vemos” “a imagem desta câmara de vigilância de trânsito mostra”, etc. reforçam essa tese. O discurso realista aplicado ao jornalismo, como vimos, posiciona as peças como fonte de verdade. (Ponte, 2004)

A polifonia de vozes é expressa pelos dois interlocutores presentes no discurso (o jornalista em estúdio e o repórter no local) mas não se faz notar ao nível da intertextualidade uma vez que os discursos de ambos são semelhantes.

O ambiente é de caos e de busca de soluções com elevada expectativa sobre o trabalho das autoridades que são enquadradas como solucionadoras do problema.

O foco deste enquadramento não é o possível explosivo que se encontre no tabuleiro (potencialmente gerador de pânico) mas sim a anormal situação de caos que gera alguma surpresa no espectador (“Ponte deserta”, “trânsito cortado”). Toda a peça é enquadrada tendo implícita a ideia de incerteza, mas de confiança no trabalho das autoridades competentes.

Apesar da incerteza sobre o objeto que se encontrava na ponte e do tom, por vezes alarmante (pelo recurso a várias frases curtas e incisivas, como quem alerta, e também pelo próprio estilo do jornalista – José Rodrigues dos Santos), a RTP conseguiu manter um enquadramento informativo e cuidado, sem especulação nem avanço de informações não confirmadas. A expressão “explosivo” é referida uma única vez e no contexto de uma frase que revela a tentativa de evitar passar uma mensagem alarmante - “qualquer explosivo que eventualmente ali esteja”.

1.2) PACOTE SUSPEITO DEIXADO NA ROTUNDA DE ENTRECAMPOS: 23 DE MARÇO DE 2016:

Um objeto abandonado (um saco preto) deixado junto a uma paragem de autocarro em Entrecampos levou ao encerramento da Estação de Entrecampos e ao corte do trânsito rodoviário e pedestre (limitado por um perímetro de segurança) naquela zona. A peça foi lançada a meio da primeira parte do Telejornal e foram-lhe dedicados 02:11 min com um direto feito por uma repórter uma equipa de filmagem no local.

No Telejornal das 19h da RTP3 (3 às 19) já tinha sido dada a notícia com a mesma equipa de reportagem que continuou no local até às 20:25h quando entrou no ar no Telejornal da RTP1, no entanto, apesar deste acompanhamento, não foi encontrada qualquer referência à confirmação do falso alarme neste Telejornal (nem sequer em nota de rodapé).

O principal foco desta notícia foi o objeto que provocou o alarme e o pouco que se sabia dele, a atuação da polícia e também os constrangimentos que daí resultaram com o trânsito cortado em ambos os sentidos.

A polifonia de vozes (jornalista em estúdio e repórter no local) é acompanhada de intertextualidade uma vez que o discurso em estúdio é meramente introdutivo e conclusivo e o conteúdo da notícia só é desenvolvido na peça em direto.

Havendo uma especificação do objeto (“saco preto” e não apenas “objeto suspeito”) é visualmente mais fácil compreender a fonte do perigo e materializá-lo.

O realismo aplicado ao discurso televisivo expressa-se pelas imagens em direto e pela proximidade da repórter no local (“nesta paragem de autocarro”; “junto aqui”; “por aqui”).

Uma vez marcado pela total falta de informações acerca da gravidade da situação noticiada (“a PSP não presta declarações”), o enquadramento mediático da repórter, Carolina Freitas, mostra uma tentativa de revelar o mais possível e uma vontade ter mais informações para o desenvolvimento da história (explorada até ao limite) e apesar de não se fazerem suposições está implícita a premissa de que existe a iminência de perigo, mesmo sendo transmitida com um tom claro e tranquilizador. Esta tentativa de contar uma história desde o momento, em que foi dado o alerta até ao fim da peça, o que transporta o telespectador para o que aconteceu e cria uma certa sensação de ordem.

O facto de haver poucas informações a adiantar, as imagens que focaram a paragem onde se encontrava o saco preto que despoletou o alarme e o foco no trabalho da Brigada de Inativação de Explosivos (acompanhada por um cão) poderão fazer com que a notícia tenha gerado alguma preocupação nos telespectadores. Ainda assim, não há registo de especulações sobre o que poderá conter o saco, nem o uso da expressão “bomba” ou “explosivo”, verifica-se apenas o uso da expressão “objeto abandonado”.

Embora, durante a peça, não tenha sido feita qualquer relação aos atentados que de facto aconteceram em solo europeu, pode considerar-se que esta notícia é inserida na temática “terrorismo” deste telejornal, uma vez que foi dada depois de uma outra sobre o rescaldo dos atentados de Bruxelas - ocorridos no dia anterior, a 22 de março - que vitimaram mortalmente 35 pessoas (DN, 2016) - e antes de uma notícia sobre o discurso do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, acerca dos atentados de Bruxelas. (RTP, 2016)

1.3) MALA SUSPEITA ISOLA CHEGADAS DO AEROPORTO DE LISBOA: 29 DE MAIO DE 2017

Uma mala abandonada, pelas 22h, no Aeroporto de Lisboa, foi o acontecimento que despoletou o alarme e levou ao encerramento da zona das chegadas deste aeroporto. A equipa de reportagem da RTP deslocou-se ao local para falar com testemunhas do sucedido e com a PSP mas a peça só foi transmitida na manhã (nos jornais Bom Dia) e na tarde do dia seguinte (no Jornal da Tarde em análise), dia 30 de maio, já com a informação de que tudo não passou de um falso alarme. À peça foram dedicados 01:90 min e uma equipa de reportagem que captou imagens do aeroporto na noite do sucedido e quatro entrevistas (uma com a PSP e três com testemunhas).

Embora esta peça de telejornal se demarque das restantes por ter sido publicada já depois da confirmação do falso alarme por parte das autoridades (que já tinham feito um “rebetamento controlado”²⁶ quando

²⁶ Procedimento realizado pela PSP para confirmar que o conteúdo da mala não era perigoso.

a peça foi para o ar), nota-se que, depois do lançamento em estúdio com o resumo do sucedido, a peça editada procurou seguir uma lógica de apresentação da história com princípio (a mala foi localizada perto das 22h da noite...), meio (com as entrevistas ao Comissário Hugo Pimentel da PSP e de três testemunhas que explicam o caos sentido) e fim (uma *voz-off* que confirma o falso alarme com a informação de que “a mala continha apenas peças de roupa”). Esta estratégia transporta quem vê para os acontecimentos de forma ordenada. Apesar de as três testemunhas entrevistadas passarem uma ideia de caos (como é normal quando somos confrontados com a falha de um serviço) ao dizerem que não sabiam o que se estava a passar -que estava tudo uma confusão e “alvorço”, o discurso da PSP e dos jornalistas é assertivo e tranquilizador – Ex: “Apesar dos constrangimentos, o normal funcionamento do aeroporto foi retomado” (jornalista) ou “Foi feito um rebentamento controlado da mala e verificámos que nada se passava” (PSP) - não deixando margem para dúvidas ou alarme.

Do ponto de vista visual não há qualquer filmagem do objeto gerador de perigo e as imagens são sobretudo dos entrevistados e das consequências deste falso alarme (encaminhamento das pessoas para uma zona segura). Apesar de as testemunhas referirem “confusão” e “alvorço” não há imagens que comprovem ou reforcem estas afirmações.

Na peça, uma das testemunhas faz referência a ter sido informada de uma “suposta ameaça de bomba” pelas notícias, o que revela que, embora o aeroporto tenha optado por não comunicar o que se passava, os meios de comunicação social publicaram-na. A RTP (RTP 1, RTP3 e *Site* - RTP.pt), no entanto, optou por não o fazer.

O jornalismo como “espelho da verdade” (Ponte, 2004) é expresso nesta peça através dos entrevistados que estiveram no local e testemunharam o sucedido, embora a notícia tenha sido dada à posteriori.

Estes é, dos três em estudo, o caso em que há maior polifonia de vozes (jornalista em direto e *voz-off*, Comissário da PSP e três entrevistados), e intertextualidade, uma vez que o discurso dos entrevistados não está em consonância com o da polícia e dos jornalistas.

O foco do enquadramento é o sucedido (que gerou alguns constrangimentos) e o sucesso das autoridades e é interessante verificar que toda a notícia, apesar do tom mais exaltado dos entrevistados, parece ter sido feita para mostrar que estes episódios existem, mas não representam perigo.

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O número de notícias encontradas sobre estas temáticas nos três anos em análise, mesmo na sociedade portuguesa que não sofreu diretamente qualquer ato de inspiração terrorista, é algo que cabe muito bem na definição de Beck de Sociedade do Risco.

A temática do terrorismo na Europa esteve na ordem do dia nos três anos em análise (2015, 2016 e 2017) e, embora não possamos concluí-lo de forma dedutiva, podemos induzir que esta é a razão pela qual nestes anos, e ainda em 2018, houve um levantamento de tantas notícias sobre estes casos de objetos esquecidos ou chamadas de alarme, em solo nacional. Tanto para os *media* como para as autoridades, os níveis de alerta, induzimos, estavam particularmente elevados.

As três peças escolhidas revelaram-se interessantes pelas suas diferenças. A notícia de 2015 marcou a noite informativa por ter sido notícia de abertura e pelas sucessivas vezes em que interrompeu a emissão, além disso esta notícia foi a única, das 3 em estudo, que começou com incerteza sobre o que seria aquele objeto deixado na Ponte 25 de Abril e ficou concluída com a confirmação do falso alarme, quase como um acompanhamento da história em tempo real ao longo do Telejornal. O mesmo não aconteceu em 2016, na notícia sobre um objeto suspeito deixado junto à estação de Entrecampos, ainda que o alarme tenha sido levantado antes do fim do telejornal (pouco antes das 21h).

Uma vez que os casos em estudo representam apenas 1 dia (em três anos diferentes) e de momentos isolados, não é fácil fazer o estudo da intertextualidade ao longo do tempo. No entanto, verifica-se que a RTP1 manteve um discurso de alguma salvaguarda e sem adiantar factos por confirmar e que, de 2015 para 2017 houve uma redução da importância dada a estes casos.

O último direto é o que revela maior polifonia de vozes pelos diversos intervenientes e também maior intertextualidade, dadas as diferenças de posicionamento do discurso das testemunhas relativamente ao que diz o Comissário da PSP, Hugo Pimentel e o jornalista.

A notícia de 2017, sobre uma mala abandonada que encerrou a zona das chegadas do Aeroporto de Lisboa ocorreu durante a noite e por isso mesmo já foi dada (no dia seguinte de manhã) quando não havia qualquer margem para alarme. Esta notícia começou por ser lançada na RTP1, no Telejornal Bom dia e depois novamente no Jornal da Tarde (em análise). Apesar de já ter saído depois do falso alarme confirmado a RTP1 optou por dar-lhe importância, com enfoque na resolução do problema por parte da PSP e nos constrangimentos sentidos por quem lá estava.

Nas peças analisadas em 2015 e 2016, sobretudo nas de 2015, nota-se uma clara incerteza em relação ao conteúdo do objeto que lançou o alerta, esta falta de informações é assumida e, por isso, verificam-se algumas repetições desnecessárias, que estendem o tempo da notícia, resultam em discursos repetitivos, não acrescentam informação e podem aumentar o alarme dos telespectadores. Em 2017, como houve edição e não houve um repórter em direto (só uma *voz-off*), o texto foi preparado e esta situação já não se verifica.

Independentemente das características que distinguem estas notícias, separadas por três anos diferentes, há também pontos que têm em comum. Dos pontos em comum destacam-se: o facto de a reportagem ter seguido o género narrativo por excelência (as três tiveram repórteres no local, embora a de 2017 não

tenha sido em direto); de, em nenhuma das 3 peças, se ter encontrado qualquer tipo de manipulação discursiva com recurso a figuras de estilo; e de o discurso ter sido sobretudo informativo. Entre o enquadramento informativo e o enquadramento alarmante, apesar de haver sempre um grau de incerteza antes da confirmação do falso alarme, considera-se que as três peças em estudo são um exemplo do primeiro e que, segundo as retóricas²⁷ de Picard (1989), se enquadram na retórica “informação”.

Já em 2010, a investigação que resultou no livro “Telejornais em Exame” concluiu que a RTP1 e a SIC ficaram entre os canais que preferiram o modelo generalista-objetivo, nos três casos em análise, podemos considerar que a RTP1 repetiu o mesmo modelo.

Além disso, não houve especulação (a não ser, em 2015, sobre quando poderia vir a normalizar-se a situação) nem tentativa de desinformar e a única vez em que se usou a expressão “explosivo”, na peça de Telejornal de 2015, foi acompanhada de expressões de alegação (“qualquer explosivo que eventualmente ali esteja”).

De entre as características de noticiabilidade, destaca-se a desviância - quando um acontecimento é raro ou imprevisível. Estas notícias de possíveis ameaças terroristas enquadram o valor “desviância”, nas suas três vertentes: a desviância estatística (pela improbabilidade de acontecer); a desviância causadora de mudança social (pela ameaça ao *status quo*) e a desviância normativa (pela violação das regras e normas socialmente aceites). (Silveira e Shoemaker, 2010)

Em ambas as notícias dadas antes da confirmação do falso alarme verificaram-se as mensagens de incerteza, com os repórteres a frisar que a falta de informações tem origem nas forças policiais que, não só não adiantam o que se está a passar, como também, por questões de segurança, mantêm os jornalistas afastados dos eventos noticiosos.

Num momento em que a sociedade Ocidental se viu confrontada com diversos riscos, é relevante verificar que, apesar de 2015, 2016 e 2017 terem sido bastante duros para os nossos vizinhos europeus e da real possibilidade de estes objetos esquecidos ou deixados em locais públicos realmente representarem uma ameaça, a RTP nunca fez qualquer discurso comparativo com a realidade dos países europeus que realmente sofreram ataques.

Como vimos no enquadramento teórico deste trabalho, o Pânico moral é uma das consequências de uma cobertura alarmante dos eventos por parte dos *media* e das autoridades ou figuras de poder. Apesar de não podermos aferir sobre os efeitos da cobertura mediática de nenhum destes casos, a análise do discurso jornalístico da RTP1 nestes três anos permite-nos afirmar que não houve qualquer tentativa de favorecer o pânico por parte das autoridades (o Comissário da PSP entrevistado teve uma postura e um discurso tranquilos e institucionais) e por parte da RTP1, o foco foi sempre o de tentar compreender o

²⁷ Retóricas de Picard explicadas no Capítulo I, Subcapítulo 2.4.

que se passava e informar com os dados que tinham, evitando recorrer a elementos complementares causadores de um clima de medo.

Estamos em condições de afirmar que, com todo o alarme típico destes momentos de tensão, reforçado pelo terrorismo na Europa em países bastante próximos de Portugal (e que poderia favorecer a RTP ao nível das audiências), nos três casos em análise, o Telejornal e o Jornal da Tarde da RTP1 mantiveram o seu carácter informativo e imparcial, ainda que podendo evitar, em alguns momentos, o tom alarmante (conferido pelas frases curtas e pontuadas) e a repetição de informação.

Por fim, sugere-se que esta investigação seja continuada em trabalhos posteriores, nomeadamente para análises comparativas da RTP1 com outro canal generalista na cobertura mediática destes casos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society – Towards a New Modernity*, Londres, SAGE Publications
- Beck, Ulrich (1999), *World Risk Society*, Cambridge, Polity
- Beck, Ulrich *et al.* (2000), *Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*, Oeiras, Celta Editora. (Online), consultado em 10.05.2019. Disponível em: http://cadeiras.iscte.pt/SDir/Beck_ModRefl.pdf
- Cardoso, Gustavo (2006) *Os Media na Sociedade em rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Cardoso, Gustavo e Susana Santos (2005) *Tendências e Contradições no Sistema Televisivo: da Televisão Interactiva à Televisão em Rede*, OberCom. (Online), consultado a 23.03.2019. Disponível em: https://moodle.fct.unl.pt/pluginfile.php/61993/mod_page/content/1/analogic_digital/gustavo_cardoso.pdf
- Carvalho, Anabela (2015) *Discurso mediático e sociedade: repensar a Análise Crítica do Discurso*, Universidade do Minho, *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, pp 175–199 (Online) consultado a 20.01.2020, disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288841172_Discurso_mediatico_e_sociedade_repensar_a_Analise_Critica_do_Discurso
- Castells, Manuel (2005), *A Sociedade em Rede*, 8ª edição, Tradução de Roneide Venancio Majer, São Paulo, Paz e Terra. (Online) consultado a 10.02.2019, disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/272942360/CASTELLS-Manuel-A-Sociedade-em-Rede-pdf>
- Charaudeau, Patrick e Maingueneau, Dominique (2004) *Dicionário de análise do discurso*, São Paulo, Editora Contexto, Tradução de: Fabiana Komesu
- Combs, Cynthia C. (2017) *Terrorism in the Twenty-First Century*, Routledge; 8th edition
- Coutinho, Marcelo (2004) *A Sociedade da Informação e o determinismo tecnológico: notas para um debate*, LÍBERO - Ano VI - Vol 6 - n 93. (Online) Consultado a 20.01.2020. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/coutinho_-_a_sociedade_da_informacao_e_o_determinismo_tecnologico.pdf
- Davis, Mollie (15 março 2017) *Sensationalism In Journalism*, Affinity Magazine. (Online) consultado em 16.09.2019. Disponível em: <http://affinitymagazine.us/2017/03/15/sensationalism-in-journalism/>
- Diário de Notícias (DN) (2016) *Novo balanço. Atentados de Bruxelas causaram 35 mortos*. (Online) Consultado a 18.10.2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/novo-balanco-atentados-de-bruxelas-causaram-35-mortos-5097264.html>
- Estevão, Tiago (2015) *Viabilização do Pânico Moral na Sociedade de Risco*, European Journalism Observatory, *Média e Política*, Laboratório de Ciências da Comunicação – IUL, (Online), consultado em 29.08.2019. Disponível em: <https://pt.ejo.ch/media-e-politica/viabilizacao-panico-moral-na-sociedade-de-risco>
- Goldstein, Tomás (2015) *Leitura do Real no Comentário Político: Construção de Quadros e Autorreferência* de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Escola de Sociologia e Políticas Públicas,

- ISCTE-IUL (Online), consultado em 10.10.2019. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9969/1/Disserta%20a7%20a3o%20Final%20Mestrado%21.pdf>
- Toros, Harmonie (2017) “9/11 is alive and well” or how critical terrorism studies has sustained the 9/11 narrative, *Critical Studies on Terrorism*, 10:2, 203-219. (Online), consultado a 10.08.2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17539153.2017.1337326>
<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/algumas-figuras-de-estilo/14744>
- Institute for Economics and Peace (2018) “Global Terrorism Index - 2018”, Institute for Economics and Peace.
- Jerónimo, Pedro (2009) *Jornalismo online*, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Leiria. (Online) consultado em 7.02.2020. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-geronimo-jornalismo.pdf>
- Jonhson-Cartee, Karen S. (2005) *News narratives and news framing: constructing political reality*, Rowman & Littlefield Publishers.
- Junior, Rubens Borges da Silva (2013) *O jornalismo na sociedade em rede: impactos e consequências*, Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, ISCTE-IUL (Online), consultado em 08.04.2019. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/6362>
- Kellner, Douglas (2006) “9/11, spectacles of terror, and media manipulation”, UCLA. (Online) consultado a 28.09.2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17405900410001674515>
- Koehler, Daniel (2016) “Right-Wing Extremism and Terrorism in Europe: Current Developments and Issues for the Future” (*Institute for National Strategic Security, National Defense University*, 2, Vol 6).
- Machado, Carla (2004) “Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito”, *Interações: Sociedade e as novas modernidades*, pp. 60 - 80, Edição nº7.
- Macnamara, Jim (2005), "Media content analysis: Its uses, benefits and Best Practice Methodology, *Asia Pacific Public Relations Journal*, 6 (1), pp.1-34. (Online) consultado em 10.10.2019. Disponível em: <https://opus.lib.uts.edu.au/bitstream/10453/10102/1/2007002122.pdf>
- Marthoz, Jean-Paul (2017), *Terrorism and the Media - A Handbook for Journalists*, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (Online) consultado em 1.09.2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247074>
- Massing, Michael em www.thenation.com, (janeiro, 2019) The Populism Problem at the ‘Times’ - The paper of record needs to remember that it’s not exclusively a right-wing phenomenon. (Online), consultado em 15.03.2019. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/new-york-times-populism-yellow-vest/>
- Medina, Mercedes e Teresa La Porte (2010), *Globalization and Pluralism*, Porto, *Media XXI*
- Mendes, José Manuel (2015) “Ulrich Beck: A imanência do social e a sociedade do risco por José Manuel Mendes”, *Análise Social*, pp. 214, nº1.
- Nogueira, Conceição (2001), “A análise do Discurso”, *Universidade do Minho. Centro de Estudos em Educação e Psicologia (CEEP)*. (Online), consultado em 11.10.2019. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/242304803_Analise_do_Discurso/link/58a6d5634585150402f2537a/download

Obercom (2016) a) “A Televisão Digital Terrestre em Portugal Futuro e Desafios”. (Online) consultado a 28.09.2019. Disponível em: <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2017/06/CIUL-CV-OberCom2016-TDT-Futuros-e-desafios.pdf>

OberCom (2016) b) Anuário da Comunicação — 2015/2016 (Online) consultado a 02.10.2019. Disponível em: https://obercom.pt/wp-content/uploads/2017/06/OBERCOM_Anu%C3%A1rio_2015-2016.pdf OberCom (2017) Anuário da Comunicação — 2017, Relatório OberCom. (Online) Disponível em: <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2019/04/2017-OBERCOM-Anuario-da-Comunicacao.pdf>

Picard, Robert G. (1989), *The journalist's role in coverage of terrorist events*, Projeto de Ph.D., projeto Terrorism and the News Media Research, Emerson College, Boston. (Online), consultado em 29.07.2019. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED312694.pdf>

Polonska-Kimunguyi, Eva e Marie Gillespie (2016) “Terrorism discourse on French international broadcasting: France 24 and the case of Charlie Hebdo attacks in Paris”, London School of Economics and Political Science. (Online) consultado a 21.09.2019. Disponível em: http://eprints.lse.ac.uk/68291/1/Polonska-Kimunguyi_Terrorism%20discourse_2016.pdf

Ponte, Cristina (2004) “Leituras das notícias: contributos para uma análise do discurso jornalístico”, Lisboa, Livros Hirizonte

Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2005) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, 4ª edição, Tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho (1ª edição: 1995)

Rodrigues, Carla (2010), “Capitalismo informacional, redes sociais e dispositivos móveis: hipóteses de articulação”, *Revista Galáxia, São Paulo, n. 20, pp. 70-83, dez. 2010.*

Rothe, Dawn e Stephen L. Muzzatti (2004) “Enemies Everywhere: Terrorism, Moral Panic, and US Civil Society”, *Critical Criminology*, Volume 12, Issue 3, pp 327–350, Novembro 2004

RTP (20 novembro 2018), *populistas triplicam votação na Europa em 20 anos*, RTP. (Online) consultado em 20.07.2019. Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/rtp-europa/populistas-triplicam-votacao-na-europa-em-20-anos_n1112619

Sachsman, David B. e David W. Bulla (2013) *Sensationalism: Murder, Mayhem, Mudslinging, Scandals, and Disasters in 19th – Century Reporting*. (Online) consultado a 10.08.2019. Disponível em: https://books.google.pt/books?hl=en&lr=&id=xTlRdWAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=why+does+sensationalism+sells&ots=bXn_fKGKoh&sig=mMINpHIYL6ZQ_O48BN7LDm0eR94&redir_esc=y#v=onepage&q=why%20does%20sensationalism%20sells&f=false

Sena, Ana Rita Bernardino Craveiro (2013) *Modos e mecanismos de credibilidade no jornalismo televisivo: O caso da SIC*, Dissertação de Mestrado em Jornalismo, Universidade da Beira Interior (Online), consultado em 20.08.2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.6/1579>

[Silveira, Joel Frederico da e Pamela Shoemaker \(2010\) *Telejornais em Exame*, Edições Colibri – IPL, Lisboa](#)

SIRP - Sistema de informação da República Portuguesa (2018) “Ameaça Terrorista na Europa e em Portugal (Julho de 2018)”. (Online) consultado a 31.09.2019. Disponível em: <https://www.sirp.pt/media/2018/11/ameaca-terrorista-na-europa-e-em-portugal-julho-2015.pdf>

Torres, Eduardo (2011) “A televisão e o Serviço Público”, Lisboa, FFMS

Tulloch, John e R. Warwich Blood (2012), *Icons of War and Terror: Media Images in an Age of International Risk (Media, War and Security)*, New York, Routledge

UER (2016) PSM correlations - links between public service media and societal well-being, Media Intelligence Service. (Online) consultado a 27.10.2019. Disponível em: https://www.ebu.ch/files/live/sites/ebu/files/Publications/MIS/login_only/psm/EBU-MIS%20-%20PSM%20Correlations%20-%20Public.pdf

Wodak, Ruth e Michael Meyer (2008) *Critical Discourse Analysis: History, Agenda, Theory, and Methodology*. (Online) consultado a 25.01.2020. Disponível em: https://www.corwin.com/sites/default/files/upm-binaries/24615_01_Wodak_Ch_01.pdf

FONTES

Botelho, Leonete (2019), “Mensagem da Presidente”, CCPJ (Online) consultado em 16.09.2019. Disponível em: <https://www.ccpj.pt/pt/ccpj/mensagem-da-presidente/>

European Parliament (2018, atualizado em 2019) *Terrorism in the EU: terror attacks, deaths and arrests*, website (News), (Online), consultado em (19.10.2018). Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/security/20180703STO07125/terrorism-in-the-eu-terror-attacks-deaths-and-arrests>

“Novo Código Deontológico dos Jornalistas” (aprovado no 4º Congresso dos Jornalistas a 15 de janeiro de 2017 e confirmado em Referendo realizado a 26, 27 e 28 de outubro de 2017), Sindicato dos Jornalistas (Online) consultado em 16.09.2019. Disponível em: <https://jornalistas.eu/novo-codigo-deontologico/>

Reuters Digital News Report (2018) (Online) consultado em 29.10.2018. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2019-06/DNR_2019_FINAL_0.pdf

RTP1 (04 de maio de 2015) “Pacote suspeito na ponte 25 Abril” (Online) consultado em 20.01.2018. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/pais/ponte-25-de-abril-bloqueada-por-ameaca-de-bomba_v825822

RTP1 (23 de março de 2016) “Telejornal” (Online) consultado em 20.01.2018. Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p2226/e229197/telejornal>

RTP1 (29 de maio de 2017) “Jornal da Tarde” (Online) consultado em 20.01.2018. Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p3071/e291004/jornal-da-tarde>

Seleções Readers Digest (2014) *Estudo Marcas de Cofiança*. (Online) consultado a 29.09.2019. Disponível em: http://www.seleccoes.pt/1/2014_714038.html

Seleções Readers Digest (2015) *Estudo Marcas de Cofiança*. (Online) consultado a 29.09.2019. Disponível em: http://www.seleccoes.pt/1/2015_846116.html

Seleções Readers Digest (2016) Estudo Marcas de Cofiança. (Online) consultado a 29.09.2019. Disponível em: http://www.seleccoes.pt/1/2016_1062469.html

Seleções Readers Digest (2017) Estudo Marcas de Cofiança. (Online) consultado a 29.09.2019. Disponível em: http://www.seleccoes.pt/1/2017_1356476.html

Seleções Readers Digest (2018) Estudo Marcas de Cofiança. (Online) consultado a 29.09.2019. Disponível em: http://www.seleccoes.pt/1/2018_1356477.html

Seleções Readers Digest (2019) Estudo Marcas de Cofiança. (Online) consultado a 29.09.2019. Disponível em: http://www.seleccoes.pt/1/2019_1415677.html

Site RTP (2015) a), CONTRATO DE CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE RÁDIO E TELEVISÃO PORTUGUÊS DA RTP. (online), consultado em (20.08.2019). Disponível em:

<http://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2015/07/contratoConcessao2015.pdf>

Site RTP (2015) b), RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E DO PROJETO ESTRATÉGICO 2015. (Online), consultado em (04.10.2019). Disponível em: <http://cdn-images.rtp.pt/mcm/pdf/fc1/fc138a29ca072a50beed200417aabab61.pdf>

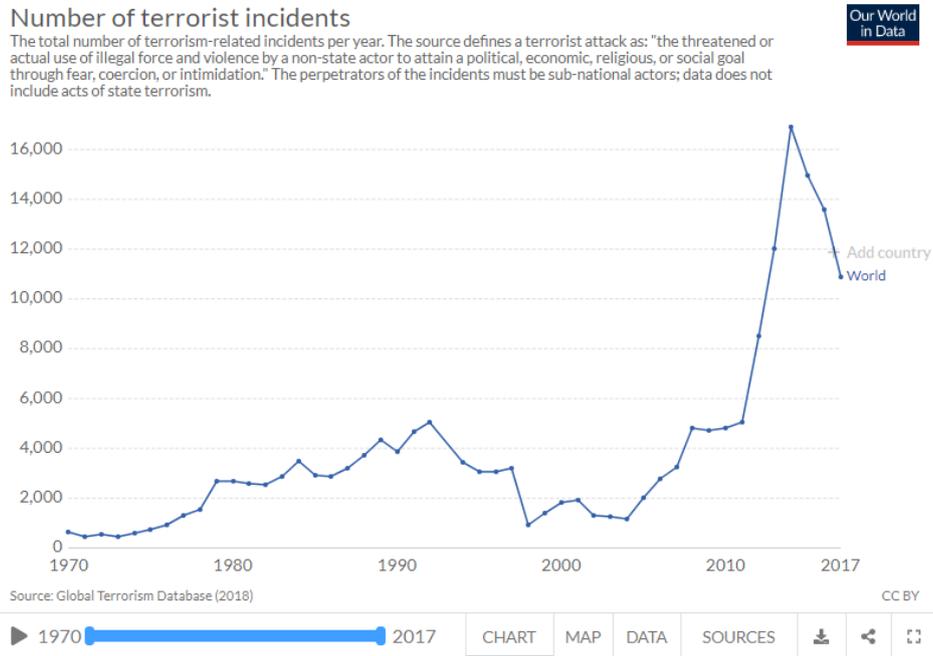
Site RTP (2016), RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E DO PROJETO ESTRATÉGICO 2015. (Online), consultado em (04.10.2019). Disponível em: <http://cdn-images.rtp.pt/mcm/pdf/fc1/fc138a29ca072a50beed200417aabab62.pdf>

Site RTP (2017), RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E DO PROJETO ESTRATÉGICO 2017. (Online), consultado em (04.10.2019). Disponível em: <http://cdn-images.rtp.pt/mcm/pdf/9fa/9fac81b261b05b22d3822daa3080446f1.pdf>

ANEXOS:

ANEXO A:

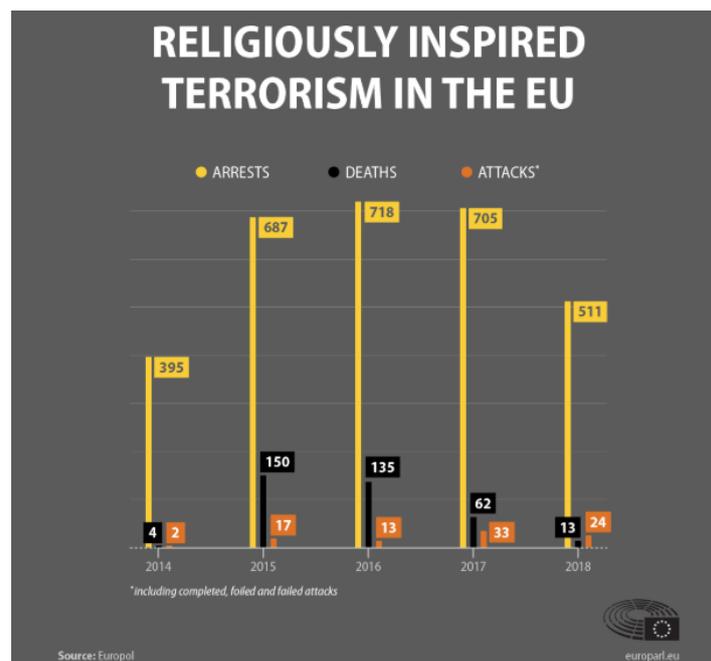
NÚMERO DE ATENTADOS TERRORISTAS OCORRIDOS NO MUNDO ENTRE 1970 E 2017



Fonte: Our World in Data - Terrorist attacks: <https://ourworldindata.org/terrorism>

ANEXO B:

NÚMEROS DO TERRORISMO DE INSPIRAÇÃO RELIGIOSA NA UNIÃO EUROPEIA ENTRE 2014 E 2018

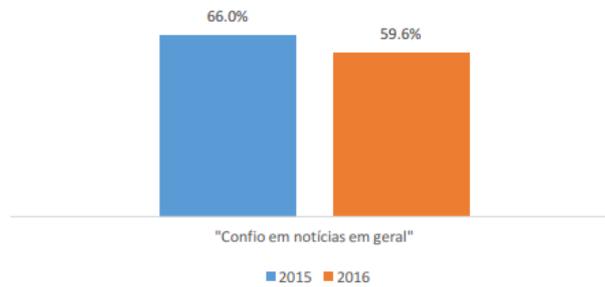


Fonte: European Parliament (2018, atualizado em 2019)

ANEXO E:

CONFIANÇA NAS NOTÍCIAS EM PORTUGAL EM 2015 E 2016

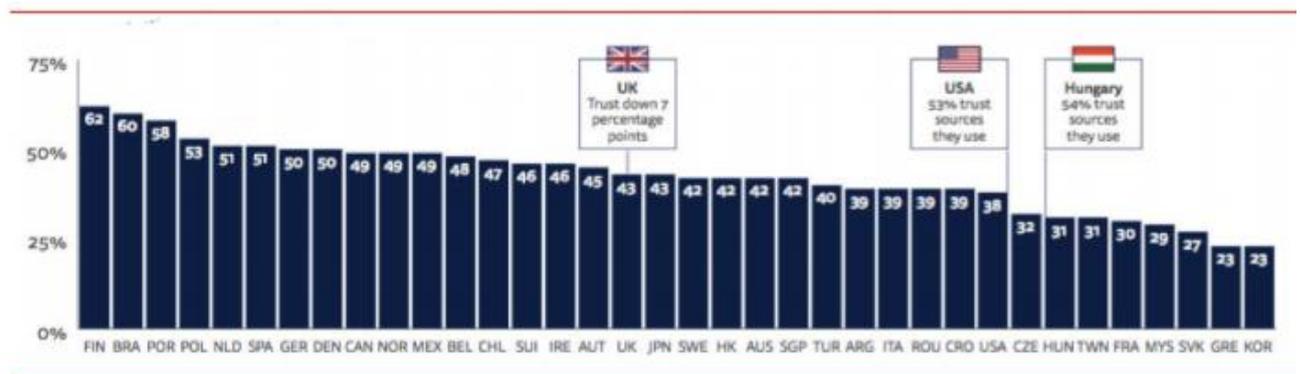
Concordância com afirmação "Confio em notícias em geral", Portugal, 2015 / 2016



Fonte: Reuters Digital News Report 2016

ANEXO F:

CONFIANÇA NAS NOTÍCIAS EM PORTUGAL EM 2017 (COMPARAÇÃO COM OS RESTANTES PAÍSES EUROPEUS INQUIRIDOS)

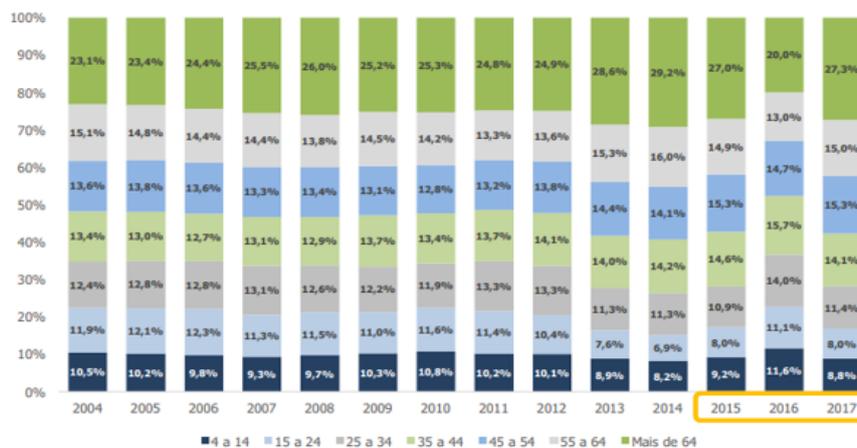


19.
Overall Trust in News Media - All Markets

Fonte: Reuters Digital News Report 2017 – PORTUGAL

ANEXO G:

PERFIL ETÁRIO (%) DAS AUDIÊNCIAS DE TV ENTRE 2004 E 2017 EM PORTUGAL



Fonte: Anuário de Media e Publicidade, 2004 a 2017, Marktest. Edição: OberCom.

Fonte: Anuário da Comunicação OberCom — 2017

ANEXO H:

TEMPO MÉDIO QUE UM ESPECTADOR DESPENDEU A VER NOTÍCIAS

Tabela 2 - Visionamento diário de televisão por espectador (tempo médio), 2000 a 2017

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
03:21:30	03:12:37	03:05:14	03:26:48	03:34:10	03:32:09	03:30:05	03:29:36
03:35:11	03:29:06	03:29:47	03:38:31	03:41:45	03:54:36	03:56:08	04:43:28
2016	2017						
04:46:53	04:44:21						

Fonte: Anuário Media e Publicidade, 2000 a 2017, Marktest. Edição: OberCom.

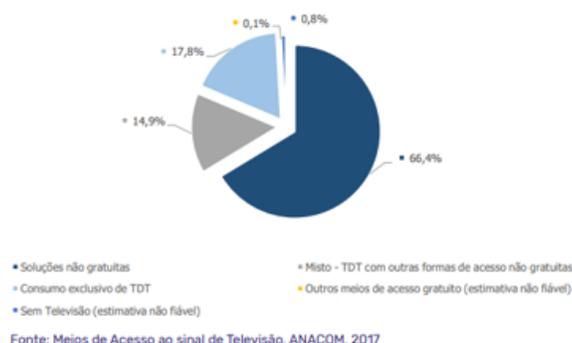
Fonte: Anuário da Comunicação OberCom — 2017

ANEXO I:

MEIOS DE ACESSO AO SINAL DE TELEVISÃO EM 2017

7.1 A visualização tradicional

Figura 45:
Meios de Acesso ao sinal de Televisão, 2017



Fonte: Estudo “Comunicação Social- Mercado Português: Tendências e Modelos” Obercom, 2018

ANEXO J:

REPARTIÇÃO DO INVESTIMENTO PUBLICITÁRIO POR MEIO (%) ENTRE 2002 E 2017

Figura 16:
Omnicom - Repartição do investimento publicitário por meio (% com base em valor estimado em Milhares de €), 2002 e 2017

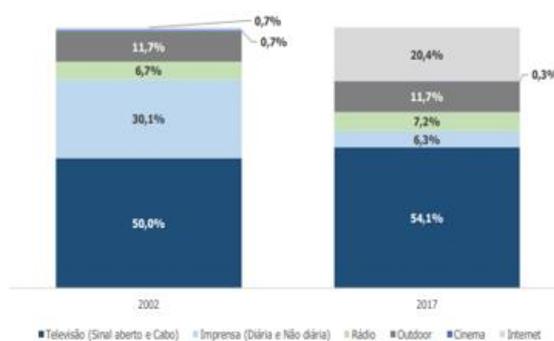


Figura 1 Fonte: Estudo “Comunicação Social- Mercado Português: Tendências e Modelos” Obercom, 2019

ANEXO K:

TEMPO DIÁRIO DE EMISSÃO/AUDIÊNCIA POR GÊNERO DE PROGRAMA E POR CANAL ENTRE 1015 E 1016

Tabela 4 - Tempo médio diário de emissão / audiência por género de programa e por canal (minutos médios e %), 2015-2016

	Tempo médio diário de emissão (minutos médios)									
	Total		RTP1		RTP2		SIC		TVI	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Arte e Cultura	15	15	1	0	15	14	0	0	0	0
Cultura geral/Conhecimento	486	471	57	65	368	349	33	30	28	27
Desporto	132	200	32	87	87	97	5	5	8	11
Divertimento	1114	1057	429	364	44	37	303	266	338	390
Ficção	1098	1161	243	226	116	174	376	420	362	342
Informação	1204	1184	363	402	394	296	200	225	248	261
Juventude	463	514	24	24	356	413	52	44	31	33
Publicidade	971	882	238	217	21	20	395	368	316	277
Outros	278	275	53	55	39	39	76	82	110	99
Total	5 760	5 760	1 440							

Fonte: Anuário da Comunicação OberCom — 2015/2016

ANEXO L:

TEMPO MÉDIO DIÁRIO DE EMISSÃO EM 2017

	Tempo médio diário de emissão (minutos médios)									
	Total		RTP1		RTP2		SIC		TVI	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Arte e Cultura	15	17	0	1	14	17	0	0	0	0
Cultura geral/Conhecimento	471	558	65	70	349	434	30	28	27	25
Desporto	200	114	87	66	97	36	5	10	11	2
Divertimento	1057	1083	364	404	37	66	266	258	390	355
Ficção	1161	1227	226	218	174	237	420	426	342	346
Informação	1184	1068	402	398	296	177	225	232	261	261
Juventude	514	499	24	23	413	413	44	39	33	23
Publicidade	882	908	217	200	20	19	368	362	277	327
Outros	275	286	55	58	39	42	82	85	99	101
Total	5 760	5 760	1 440							

Fonte: Anuário da Comunicação OberCom — 2017

ANEXO M:

TRANSCRIÇÃO DAS PEÇAS EM ANÁLISE:

2015: (04/MAIO/2015) - PONTE 25 DE ABRIL

Peça 1:

Jornalista em estúdio: A Ponte 25 de Abril está bloqueada. A ligação entre Lisboa e Almada encontra-se neste momento cortada ao trânsito. Estas imagens das câmaras de vigilância de trânsito mostram um dos acessos norte à Ponte 25 de Abril e os automóveis a serem obrigados a voltar para trás. Tudo porque foi encontrado um objeto suspeito não identificado junto ao quarto pilar da Ponte, no sentido Lisboa/Almada. São imagens que estamos a receber em direto. No local já está a brigada de inativação de explosivos da PSP. Este é um assunto a que voltaremos, mais à frente, neste telejornal logo que haja novidades.

Peça 2:

Jornalista em estúdio: Regressamos à notícia de abertura, a Ponte 25 de Abril está bloqueada. A ligação entre Lisboa e Almada encontra-se cortada ao trânsito. Esta imagem desta câmara de vigilância de trânsito mostra os acessos sem automóveis. Vemos, portanto, aqui, no acesso norte a estrada deserta. Tudo porque foi encontrado um objeto suspeito não identificado junto ao quarto pilar da Ponte, no sentido Lisboa/Almada. Como vemos por esta outra imagem o trânsito permanece bloqueado. Há automóveis que estão também a ser mandados voltar para trás, onde se pode, o que não é neste caso, uma vez que todo o acesso está bloqueado. No local já está a brigada de inativação de explosivos da PSP. Voltamos então à primeira imagem que mostra o acesso sem automóveis...medidas de segurança na Ponte 25 de Abril.

Peça 3:

Jornalista em estúdio: E voltamos à Ponte 25 de Abril que, como disse há pouco, está bloqueada ao trânsito. Vemos aqui imagens, neste caso já não das câmaras de segurança, mas imagens da RTP em direto e que mostram, justamente, o bloqueio colocado pela Polícia que impede a passagem dos automóveis para o tabuleiro. Foi encontrado um objeto estranho junto a um dos pilares. A brigada da PSP já se encontra no local para ver o que se trata. O objeto é considerado muito suspeito. Muitos automóveis...vemos ali alguns já a darem meia volta, mas outros encontram-se numa posição tal que não podem dar meia volta. Aqui sim...lá está... os percursos alternativos criados pela GNR para que os automóveis sejam desviados noutras direções, uma vez que a passagem entre Lisboa e Almada está bloqueada. As imagens que estamos a ver em direto são do acesso norte. A partir deste ponto onde se encontra a câmara da RTP, a polícia já não deixa passar ninguém. Montou também ali o bloqueio...vemos ali os automóveis que tentam passar pelo acesso norte e naturalmente não conseguem devido à presença da PSP e da GNR. Há automóveis a serem desviados; a Ponte bloqueada; o tabuleiro vazio; um objeto encontrado junto ao pilar. Penso que nas próximas horas poderá esclarecer-se esta situação. O objeto encontra-se no quarto pilar da Ponte 25 de Abril e a polícia, como vemos, vai tentando desviar o trânsito para desbloquear esta situação para muita gente que é apanhada no local e que não pode passar a Ponte....Portanto terá que escolher o itinerário da Ponte Vasco da Gama, um pouco mais a norte, uma vez que a 25 de Abril, como vemos, se encontra bloqueada. Imagens do acesso norte da Ponte sobre o Tejo. Uma situação a que voltaremos, se se justificar, ainda durante este telejornal.

Peça 4:

Jornalista em estúdio: A Ponte 25 de Abril permanece fechada ao trânsito. Vamos em direto para o Alvito, Em Lisboa, de onde se pode ver a Ponte 25 de Abril e onde está o Álvaro Coimbra. Boa tarde, Álvaro, o que é que está a passar?

Repórter: Estamos nas proximidades da Ponte 25 de Abril. Nesta altura uma imagem pouco usual que o Pedro Mateus vai mostrar: é a imagem da Ponte 25 de Abril e do tabuleiro completamente vazio...completamente vazio a esta hora. A brigada de inativação da PSP estará nesta altura a tentar dismantelar esse pacote suspeito que levou ao encerramento da Ponte por volta das sete da tarde. Um pacote suspeito que foi detetado no quarto pilar na Ponte 25 de Abril, no sentido Lisboa/Almada. É essa a última informação que temos. Nesta altura, neste final de dia, não há qualquer viatura na Ponte junto ao quarto pilar que podemos avistar aqui da zona do Alvito para onde nos deslocámos. Apenas alguma luz, alguma iluminação que terá a ver com a brigada de inativação da PSP que estará no local para tentar, então, dismantelar este pacote suspeito. Nada mais consigo avistar porque a distância é bastante grande. Como dizia, uma imagem pouco habitual para este final de dia em Lisboa. Nos acessos, em todos os acessos à cidade...sim?

(Interrupção) **Jornalista em estúdio:** Álvaro, a minha pergunta é esta: o pacote foi encontrado junto ao quarto pilar, no tabuleiro da Ponte...ou junto à base do pilar?

Repórter: Não tenho essa informação que te possa confirmar...a informação é muito escassa.

(Interrupção) **Jornalista em estúdio:** Mas não vês atividade na base...é só assente no tabuleiro?

Repórter: Não consigo daqui ver atividade junto à placa... mas imaginamos que seja junto ao tabuleiro, pelo conjunto de luzes intermitentes que se veem naquela zona do tabuleiro da Ponte 25 de Abril. Eu dizia que o trânsito em todos os acessos à Ponte está com filas enormes. Eixo norte-sul, amoreiras, alcântara...de facto a vida muito difícil para os lisboetas que querem fazer a travessia para o outro lado. A alternativa é a Ponte Vasco da Gama. Não há também indicação de que haja, nesta altura, circulação de comboios no tabuleiro Ponte 25 de Abril. Portanto, o comboio da Fertagus deverá estar também nesta altura inativo e não há uma perspectiva de quando será possível voltar a ver os automóveis a circular na Ponte 25 de Abril. Um cenário, como disse, pouco habitual para esta hora na capital com a Ponte completamente vazia e sem qualquer automóvel a circular.

Jornalista em estúdio: Esta é a imagem do momento: imagens em direto de Lisboa. A Ponte 25 de Abril totalmente deserta...totalmente não, porque tem a atividade da polícia... É a brigada que se encontra no local para desativar qualquer explosivo que eventualmente ali esteja, uma vez que o pacote não é identificado e é considerado suspeito. Imagem do momento: Ponte deserta sobre o Tejo; trânsito bloqueado. Voltaremos ao local, se se justificar.

Peça 5:

Jornalista em estúdio: E voltamos à notícia de abertura: a situação da Ponte 25 de Abril, uma situação que, neste momento, está a normalizar-se. Já passam alguns automóveis...penso que é um automóvel da polícia que está a passar no tabuleiro. Mas a indicação que temos é de que a polícia decretou que a via está aberta e, portanto, a todo o instante iremos ter o trânsito a ser retomado no tabuleiro da Ponte 25 de Abril, tabuleiro que permanece ainda a

ser percorrido pelos automóveis das autoridades. Como dissemos, junto ao quarto pilar, visto de norte, foi encontrado um objeto suspeito, não se sabe ainda que objeto é esse, a polícia não deu informação, mas já vemos ali automóveis em movimento em direção ao tabuleiro da Ponte. O trânsito a ser restabelecido da Ponte 25 de Abril.

2016: (23/MARÇO/2016) - ROTUNDA DE ENTRECAMPOS

Jornalista em estúdio: - A PSP encerrou o trânsito em Entrecampos por causa de um objeto abandonado. Vamos em direto para o local onde está a Carolina Freitas. Boa noite, Carolina, o que se passa?

Repórter: - Olá, boa noite. Esse objeto ainda se encontra nesta zona, junto à Rotunda de Entrecampos, mais precisamente numa paragem de autocarro. Alguém terá deixado esse objeto nesta paragem. O alerta foi dado à PSP por volta das 18h da tarde. Verão uma mala, uma pequena mala no ecrã. Não se trata do objeto que foi abandonado, mas sim uma espécie de saco preto, segundo o que conseguimos observar a esta distância, e esse saco, sim, é que foi deixado aqui nesta paragem de autocarro. Foi criado um perímetro de segurança. Logo ninguém pode passar nem a pé, nem de carro, desde a rotunda de Entrecampos em direção ao Saldanha, seguindo esta Avenida da República, e o trânsito está cortado em ambos os sentidos. Veio para cá uma equipa de inativação de explosivos. Tem rondado...Nesta zona onde se encontra o objeto que foi que foi abandonado tem rondado uma equipa cinotécnica que é composta por um elemento da PSP e por um cão, que ali tem farejado, no sentido de tentar perceber o que poderá encontrar-se dentro desta embalagem, que, como disse, quer parecer uma espécie de um saco preto que foi deixado por volta das 18h da tarde nesta paragem de autocarro junto aqui à rotunda de Entrecampos. Foi então montado um perímetro de segurança: essa paragem fica mesmo junto ao edifício onde ficava a Feira popular. Por aqui a PSP não presta quaisquer declarações aos jornalistas e há pouco também nos disseram que, por razões de segurança, devíamos manter-nos nesta zona. Embora quiséssemos captar melhor a situação e tentar perceber que tipo de objeto se trata, foi-nos dito que nos devíamos manter aqui.

Jornalista em estúdio: Carolina Freitas a acompanhar esta situação em Entrecampos.

2017: (29/MAIO/2017) AEROPORTO DE LISBOA

Jornalista em estúdio: Uma mala abandonada no aeroporto de Lisboa levou ontem ao isolamento da área das chegadas, o que provocou alguns constrangimentos. A PSP efetuou um rebentamento controlado.

Voz-Off: A mala foi localizada perto das 22h da noite. Tinha sido abandonada na zona das chegadas. A PSP tentou identificar o proprietário, mas sem êxito, acabando depois por efetuar uma detonação controlada.

Hugo Pimentel - Comissário da PSP: A PSP teve a indicação de que havia uma que estaria abandonada, não foi possível, e então seguimos o protocolo que está previsto. Foi feito um rebentamento controlado da mala e verificámos que nada se passava.

Com a área isolada, os passageiros eram encaminhados para a zona das partidas e só depois conseguiam sair do aeroporto Humberto Delgado.

Testemunho 1: Estava muito cheio de gente, uma confusão e ninguém sabia explicar exatamente o que é estava acontecendo. A gente perguntava e as pessoas não queriam explicar e aí começou a surgir um boato de que existia uma mala abandonada e a gente começou a perceber porque ninguém saía e havia toda uma movimentação fora.

Testemunho 2: O meu namorado acendeu o telemóvel e depois a mãe dele é que lhe fartou de mandar mensagens e ligar porque havia uma suposta ameaça de bomba porque encontraram uma mala sem dono, e foi só assim é que nós soubemos porque mesmo quando estávamos a passar na parte das bagagens, ninguém nos disse nada.

Testemunho 3: Eu vinha buscar uma amiga que chegava de Bordéus e cheguei aqui à hora e estava tudo aqui em alvoroço. Não deixavam entrar...Fui lá para cima porque depois, entretanto, não diziam nada...Os polícias...os agentes é que iam dando alguma informação...

Voz-off: Apesar dos constrangimentos, o normal funcionamento do aeroporto foi retomado perto da meia-noite. A mala continha apenas peças de roupa.

Fonte: RTP (Rtp Play e arquivo RTP)